

**Banho de Cidade:
Centro de acolhimento social e
banho público para pessoas em
situação de rua**

José Antonio Correia Paiva

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Letras e Artes
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação
Orientadora: Mara Oliveira Eskinazi
2021



Agradecimentos

As conquistas não são esforços isolados, mas o resultado de um trabalho em conjunto.

Agradeço a Deus, à Maria Madalena e ao meu bisavô que sempre me acompanharam em oração.

Aos professores Wendell Diniz, Reila Velasco e Marcos Silvano pelo apoio e incentivo à minha produção científica.

Aos meus amigos do Lemc que fizeram parte dos meus melhores anos na faculdade.

Agradeço à minha orientadora, Mara Eskinazi e à Ana Paula Polizzo, sem a orientação de ambas, cada uma a sua maneira, esse trabalho não teria sido desenvolvido.

Agradeço aos amigos que fiz durante a faculdade e que levarei para a vida inteira.

Obrigado à minha família, em especial à minha mãe Ana Cristina e à minha avó Vera Lucia com quem eu compartilho um lar.

Ao meu avô Ivaldo Correia pelo exemplo de homem de fé e de pai que deixará para sempre saudades.

Aos meus irmãos pelo amor incondicional e eterno.

Ao meu namorado, Pedro Succo, por todo apoio, cuidado e carinho.

Ao grupo Viver O Bem pela coragem de acreditar e agir para um mundo mais justo.

Não há orgulho maior do que alcançar novos títulos, conhecimentos e posições sociais a partir da educação pública gratuita e de qualidade.

Resumo

A cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações ao longo de sua história, porém o fenômeno da população em situação de rua permanece, portanto, é de extrema importância não desprezá-lo e colocá-lo em uma posição central nos estudos sobre o espaço urbano. Para além de um problema a ser solucionado através da habitação, esse fenômeno serve de estudo para as diferentes maneiras de viver e habitar os espaços. Esse caderno tem como objetivo expor a fundamentação teórica que será a base para o desenvolvimento do meu trabalho final de graduação que tem como proposta a elaboração de um equipamento urbano para banhos públicos.

Palavras-chave: População em situação de rua, Espacialidade Humana, Banho Público, Espaço Público, Direitos Humanos

Sumário

1. Introdução	6
1.2. Objetivos.....	8
2. Pessoas em situação de rua.....	9
2.1. Contextualização	9
2.2. Caracterização	10
2.3. As práticas cotidianas	12
2.4. Um diálogo interdisciplinar	18
3. Equipamento urbano para banhos públicos	24
3.1. Contextualização	24
3.2. O banheiro	26
3.3. Atmosferas	27
4. Localização	29
4.1. Análises urbanas	30
4.2. Legislação	35
5. O Programa	36
6. Referências projetuais	37
7. Proposta projetual.....	47
7.1. Implantação e volumetria.....	47
7.2. Setorização e articulações.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	55

1. Introdução

Pessoas em situação de rua são um fenômeno global que expõe uma crise mundial de direitos humanos que é diretamente relacionada com o aumento da desigualdade na riqueza e na propriedade. Por mais heterogêneo que esse grupo possa ser, o que há em comum são tanto a falta de habitação física quanto a perda do sentido de pertencimento no meio social. (ONU, 2015)

Esse fenômeno também pode ser caracterizado como um estilo de vida. O nomadismo pode ser interpretado como a preferência ou necessidade de não permanecer em um mesmo local tendo uma habitação fixa como padrão de moradia. Esse estilo de vida não deve impedir o pleno exercício dos deveres e a garantia dos direitos constitucionais. Para além de um problema a ser solucionado através da habitação, esse fenômeno server de estudo para as diferentes maneiras de viver e habitar os espaços.

O tema dessa pesquisa surge a partir de uma inquietação pessoal ao fazer trabalhos sociais voltados para pessoas em situação de rua. Em 2014, eu e alguns amigos criamos um grupo, que mais tarde se tornaria uma organização não governamental, com o objetivo de realizar uma ação social por mês, tendo essas ações diferentes temáticas e públicos alvo.

Assim, ao longo dos últimos cinco anos a Instituição Cultural e Social Viver o Bem já acumula um histórico com mais de cinquenta ações sociais. Entre as diferentes ações, a distribuição de kits de higiene pessoal para moradores de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro foi a que mais me tocou.

Participando dessas ações, eu pude perceber como os meus preconceitos por essa população não me permitiram enxergar, a princípio, o quão necessário era a entrega desses kits compostos por pasta de dente, escova de dente, sabonete, desodorante e absorvente. Meus preconceitos foram desconstruídos ao perceber a preocupação dos moradores de rua com hábitos de higiene e os quão felizes eles ficavam ao receberem esses kits. Logo, nos questionamos e fomos bastante questionados onde e quando essas pessoas em situação de rua exerciam essas práticas de higiene pessoal.

Hoje, nós justificamos a existência dessa ação social por compreendermos que essa parcela marginalizada da população exerce, de sua maneira, higiene pessoal, sendo essa uma demanda frequente e fundamental para eles. É através desses questionamentos e motivações

que eu início a minha pesquisa de fundamentação teórica para o trabalho final de conclusão de curso acreditando ser de responsabilidade dos arquitetos e urbanistas a compreensão desse fenômeno e suas relações com o espaço urbano para a concepção de projetos urbanos que se propõem melhorar a condição de vida dessa população.



Figura 1: Momento da doação e troca do item pelo abraço.

Fonte: Autor, 2017.



Figura 2: Itens arrecadados na campanha do abraço (troque um abraço por um item de higiene pessoal) para a distribuição dos kits de higiene pessoal para a população de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Autor, 2017.

Falar sobre higiene pessoal é, conseqüentemente, falar sobre o acesso à água e ao saneamento. A água é imprescindível à saúde e à vida. Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o ser humano é capaz de sobreviver mais tempo sem comer do que sem beber, uma vez que sem água, o estado de saúde evolui para grave após 36 horas. No Brasil, as altas taxas de temperatura são predominantes o que torna a vida mais difícil para pessoas com dificuldades no acesso à água. Mesmo sendo o principal componente químico do corpo humano, cerca de 60% de seu peso total é composto por água, o direito a ela ainda não está explicitamente garantido pela constituição brasileira. (CONSEA, 2017)

A Constituição Federal de 1988 reconhece como direitos sociais a alimentação, o trabalho, a moradia, a educação e a saúde, etc. Porém, somente em 2016, a Câmara dos Deputados começou a analisar uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 258/2016, para incluir o acesso à água e à terra entre os direitos sociais obrigatórios, por considerarem intrínseco a relação desses dois recursos com o desenvolvimento mais inclusivo e sustentável – e, para tornar a lei brasileira mais coerente com normas internacionais sobre esses mesmos assuntos. (CONSEA, 2017)

Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu, através da Resolução A/64/292, o acesso à água potável e limpa e ao saneamento como direitos humanos. Adota-da com 122 votos, a resolução contou com o voto favorável do Brasil. Grupos em vulnerabilidade social são os mais afetados pela dificuldade no acesso a esses serviços, dentro desse contexto está inserida a população em situação de rua. Neves-Silva e col. (2018) revelam que o acesso a esses serviços é tratado de forma assistencialista, e não como direito, tendo o Estado a obrigação em garanti-lo e o não reconhecimento do direito coloca essa população em uma situação cada vez mais vulnerável.



Figura 4: Razões para beber água. Fonte: Adaptado de Los Angeles County Disponível em <<http://www.lacounty.gov/>> Acessado em: 14 de outubro de 2019.

1.2. Objetivos

_Compreender, através das práticas cotidianas, as espacialidades geradas pelas pessoas em situação de rua explorando as relações público/privado em que essas práticas estão inseridas.

_Entender essa parcela da população, mesmo que em situação de vulnerabilidade, como agente ativo na transformação do espaço.

_A proposta projetual desenvolve um equipamento urbano de uso misto para população em situação de rua que atenda as suas demandas quanto ao acesso à água, aliado a serviços de acolhimento e atividades de uso comercial, proporcionando a integração entre diferentes grupos sociais.

2. Pessoas em situação de rua

2.1. Contextualização

Esse fenômeno, tipicamente urbano, não é exclusivo dos tempos contemporâneos e apresenta diferentes significações ao longo da história. As primeiras referências datam da Grécia antiga em decorrência o início da organização das propriedades privadas e desapropriações de terras comuns. (SIMÕES JÚNIOR, 1992)

Devido as mudanças em relação a propriedade, o deslocamento será uma característica muito forte desse fenômeno de morar nas ruas. Na Roma antiga houve grande êxodos populacionais por causa guerras e mudanças políticas. O deslocamento também é presente na transição do feudalismo para a revolução industrial com a significativa marcha de camponeses para os centros urbanos à procura de emprego nas indústrias e melhores condições de vida. Devido à grande quantidade de mão de obra, muitos se viram sem escolha e passaram a morar nas ruas. (CERQUEIRA, 2011)

Em 1888, esse fenômeno foi ampliado no Brasil com a abolição da escravatura lançando às ruas milhares de pessoas negras que foram expulsas do campo migrando para a cidade. Estas, sem acesso à moradia, saúde e nem condições para prover sua sobrevivência, vagavam pelas cidades praticando estratégias de sobrevivência como mendicância, roubos, furtos ou aceitando condições deploráveis de trabalho. (CERQUEIRA, 2011, pág. 70)



Figura 5: Diógenes de Sinope sentado em sua jarra por Jean-Léon Gérôme, 1860.

Filósofo da Grécia antiga nascido por volta do ano 412 a. C. Suas idéias de autosuficiência e de uma vida natural e independente da propriedade e da sociedade consumista o levaram a desenvolver um modo de vida como andarilho e em extrema pobreza.



Figura 6: Mulher negra em situação de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro
Fonte: AP Photo/Silvia Izquierdo Disponível em:<<https://apnews.com/6774174bafeb45159bd07d71b74891bb>>
Acessado em: 12 de novembro de 2019.

2.2. Caracterização

No Brasil, a definição desse grupo se encontra no decreto Número 7.053, de 23 dezembro de 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR). Tal política é resultado do diálogo do Governo Federal com representantes da sociedade civil.

“O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.”

Apesar dos avanços nas pesquisas demográficas, a contagem desta população que não possui domicílio fixo e documentação ainda não consta nas pesquisas nacionais realizadas pelo censo demográfico. Revelando assim, a dificuldade em encontrar uma metodologia mais adequada. Em 2008, foi realizada a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua em 71 municípios brasileiros de grande porte (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife) estimando-se 31.992 pessoas em situação de rua, porém a mesma contabilizou somente aquelas pessoas que passaram pelos serviços da política de assistência social pelo Cadastro Único. Uma nova análise foi realizada em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou uma estimativa de 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. A região Sudeste é detentora de 48,9% da população. As cidades com mais de cem mil habitantes concentram 77% desse grupo. Assim, é possível perceber uma forte concentração em municípios de maior porte.

No estado do Rio de Janeiro, a capital concentra a maior parte dessa população, mas houve uma divergência significativa no quantitativo por diferentes pesquisas realizadas com apenas três anos de diferença. Segundo Câmara Municipal do Rio de Janeiro, uma pesquisa divulgada em 2016 pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) mostrou a presença de 14.279 pessoas em situação de rua na capital. Porém, o último levantamento realizado em 2017 pela SMASDH em parceria com o Instituto Pereira Passos, denominado “Somos todos Cariocas”, mostrou que há 4.628 pessoas em situação de rua. Em ambas as pesquisas a região central apresentaram a maior quantidade de pessoas em

situação de rua.

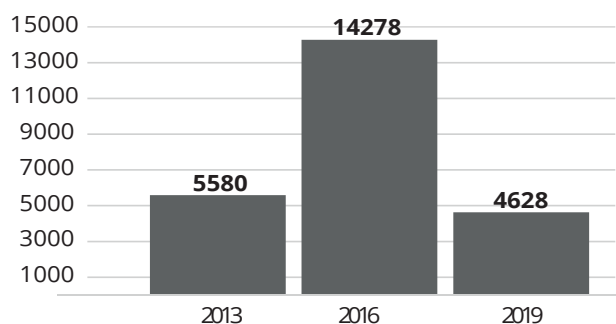
A principal justificativa dada pela Secretaria foi que tal discrepância se deu em razão da utilização de metodologias diferentes em cada levantamento. A Prefeitura do Rio de Janeiro irá trabalhar baseado nos dados do último levantamento, mas a falta de confiança passada por essa mudança significativa nos dados gera, conseqüentemente, falta de confiança nas políticas públicas elaboradas pelo governo.

Distribuição por região

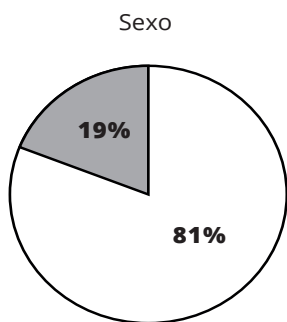


No Brasil, existem **101.854** pessoas em situação de rua.
fonte: adaptado IPEA, 2015

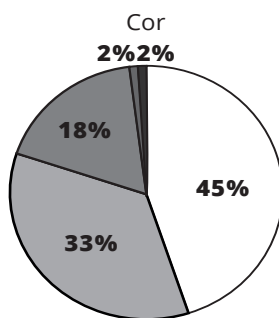
Quantidade de pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro



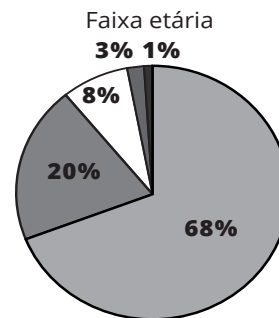
fonte: adaptado SMASDH RJ, 2013; SMRJ, 2018



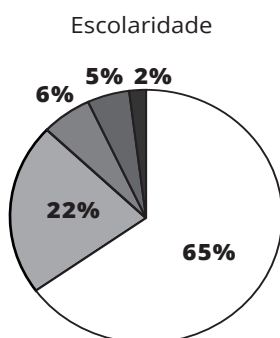
□ Masculino
■ Feminino



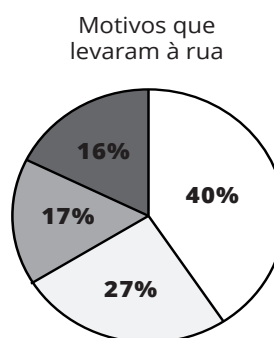
□ Branca
■ Preta
■ Parda
■ Amarela
■ Indígena



□ Idoso (a partir de 60 anos)
■ Adulto (30-59 anos)
■ Jovem (18-29 anos)
■ Adolescente (12-17 anos)
■ Criança (0-11 anos)



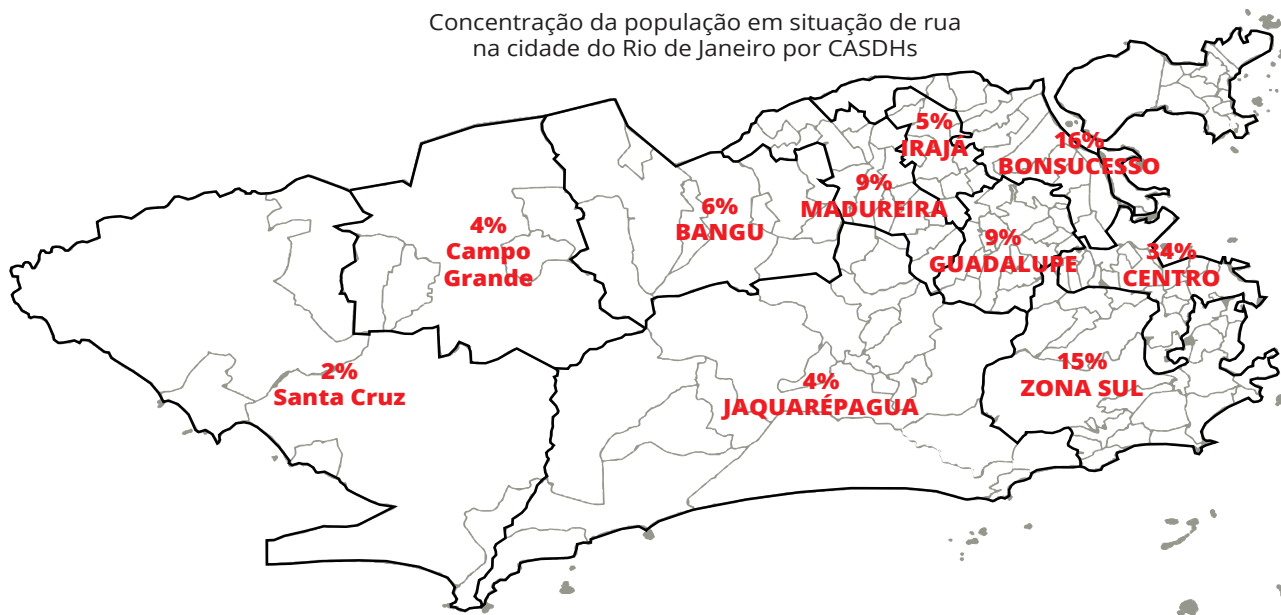
□ Fundamental incompleto
■ Médio incompleto
■ Adolescente
■ Outros



□ Conflitos familiares
■ Álcool/drogas
■ Desemprego
■ Outros

Levantamento "Somos todos cariocas", com o objetivo de mapear, quantificar e captar informações sobre os moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro.
fonte: SMADH-RJ, 2018.

Concentração da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro por CASDHs



Do total de **5580** pessoas em situação de rua quantificadas pela SMADH-RJ em 2013, 34% concentram-se na área central da cidade.
fonte: SMADH-RJ, 2018.

2.3. As práticas cotidianas

Usualmente, moradores de rua tem o seu direito de ir e vir restringidos no espaço público. Igor Robaina, Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, dedica atenção especial aos estudos vinculados as diferentes espacialidades cotidianas de grupos e segmentos populacionais marginalizados no espaço urbano. Em sua pesquisa, o autor mostra como os moradores de rua, são comumente impedidos de entrar em prédios públicos. Quando vítimas de exclusão social, o espaço público ganha um caráter privado, a rua ou qualquer outro espaço de repente não podem mais ser o local de

descanso, abrigo ou lazer para essas pessoas. É nesses conflitos das relações público/privado que as pessoas em situação de rua estão inseridas, desde as práticas cotidianas de caráter privado expostas no espaço público, até a subversão nos usos de equipamentos urbanos como a utilização das saídas de ar do metrô para secarem roupa ou se manterem aquecidos no frio.

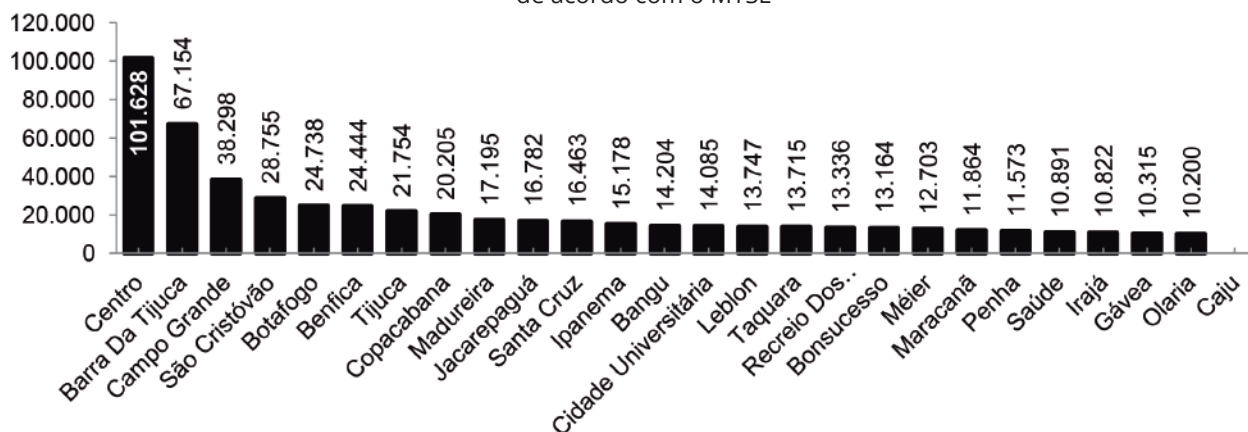


Figura 7: Meninos em situação de rua se aquecem na saída de ar do metro em São Paulo. fonte: desconhecida

Mesmo variando entre pessoas e lugares, essas práticas como trabalhar, dormir, comer, se lavar e até mesmo a de lazer possuem uma importante relação de espaço-tempo, elas estabelecem ritmos urbanos. Em áreas centrais, como a da cidade do Rio de Janeiro, esses ritmos são verdadeiros organizadores destes espaços, como por exemplo, os

“dias úteis” e os “horários comerciais” são responsáveis pela concentração e chegada de pessoas, veículos de transportes, mercadorias e serviços, no final de um dia útil, há uma dispersão desta população para os seus respectivos espaços de residência em toda área metropolitana. (ROBAINA, 2015)

Os 25 bairros com maior número de empregos, 2015, de acordo com o MTSE



fonte: MTE -RAIS, 2015

Para a população de moradores de rua, estes ritmos urbanos afetam e participam diretamente no conjunto das práticas cotidianas realizadas por ela, uma vez que os estilos de vida desse grupo são diferentes dos estilos de vidas das pessoas domiciliadas. Usualmente, moradores de rua não apresentam o ritmo casa-trabalho, expondo uma das principais diferenças em termo de mobilidade urbana entre esses dois grupos. Para as pessoas que moram na rua, não há casa como um ponto fixo e seguro de referência para a realização de práticas como a alimentação, a higiene e o dormir.

Essa população, como expõe Robaina (2015), apresenta outros conjuntos de práticas, estratégias e lugares cotidianos, amparados em outros ritmos, para realizarem essas atividades no espaço urbano. Há ainda, como já mencionado, outras particularidades como

os finais de semana, os dias festivos e feriados, que fazem com que as áreas centrais fiquem mais vazias, assim, criando outros ritmos mais temporários e espaçados entre si.



Figura 8: Avenida Presidente Vargas - com a exceção de alguns ônibus estacionados na lateral esquerda, vazia durante o jogo. fonte: Carlos Brito



Figura 9: Avenida Presidente Vargas com grande movimentação de veículos logo pela manhã. fonte: Carlos Brito



Figura 10: Largo da Carioca com grande movimentação pela manhã. fonte: Carlos Brito



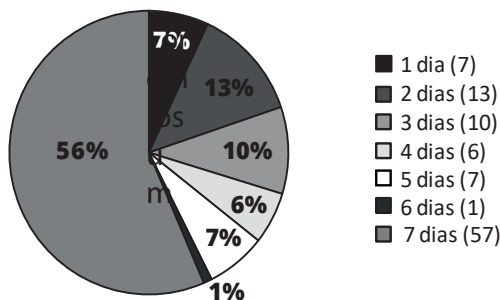
Figura 11: Largo da Carioca vazio pouco depois do início da tarde. fonte: Carlos Brito

Segundo Robaina (2015), a higienização é um tema presente na vida da maioria das pessoas que compõem o grupo de moradores de rua. Mais da metade dos seus entrevistados tomavam banhos todos os dias e apresentavam preocupações com esse cuidado íntimo, desmitificando assim, o imaginário genérico sobre a condição de viver nas ruas. Para lidar com prática, é preciso caminhar e encontrar pontos estratégicos na cidade que irão proporcionar tal atividade. Chafarizes, espelhos de água, pontos clandestinos de acesso a rede hidráulica urbana são pontos fixos comumente utilizados para tal prática.

como habitantes do centro da cidade, essas pessoas exercem sua higiene em horários estratégicos em que o centro está vazio. A demanda nas práticas de higienização, excreção e acesso a água é muito expressiva e, ao mesmo tempo, negligenciada. (ROBAINA, 2015)

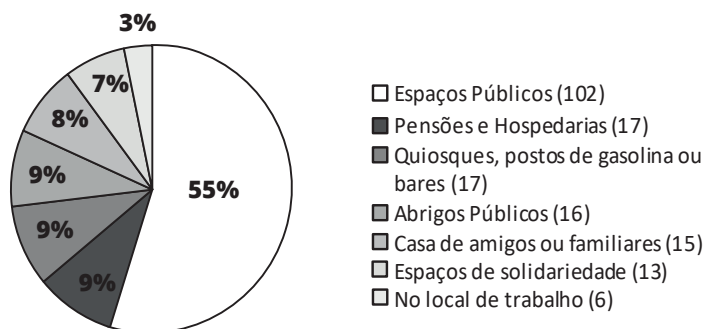
Porém, uma questão muito presente nos relatos da pesquisa foi a preocupação em não expor tais práticas no espaço público, por timidez, medo de represálias de autoridades e até mesmo por respeito para com os outros. Assim, o tempo é um fator muito importante,

Frequência de Banho nos últimos sete dias



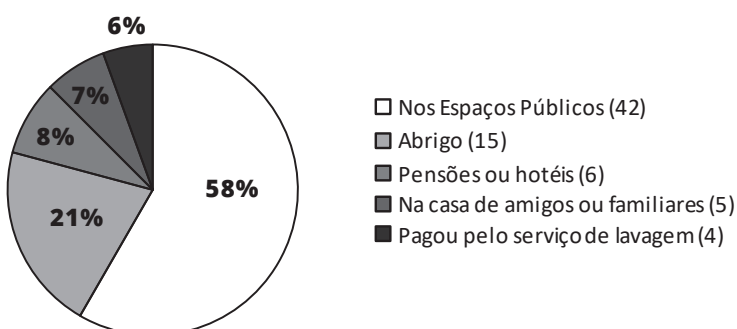
fonte: adaptado tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Locais utilizados como pontos de banho nos últimos sete dias



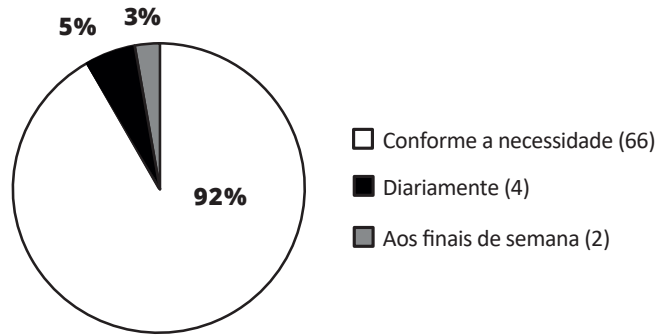
fonte: adaptado tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Onde ou como lavam roupa



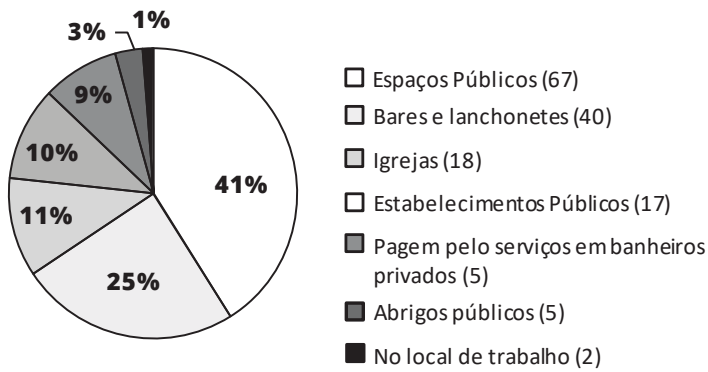
fonte: adaptado tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Temporalidade da Lavagem das roupas



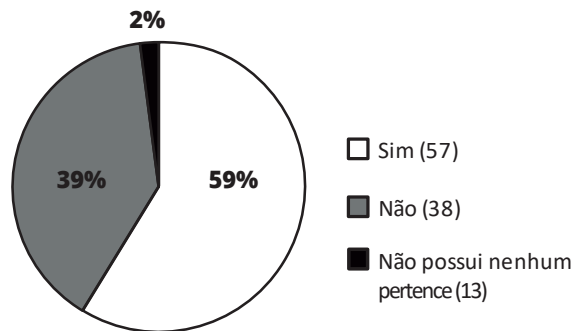
fonte: adaptado tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Locais de realização das necessidades fisiológicas do sistema excretor



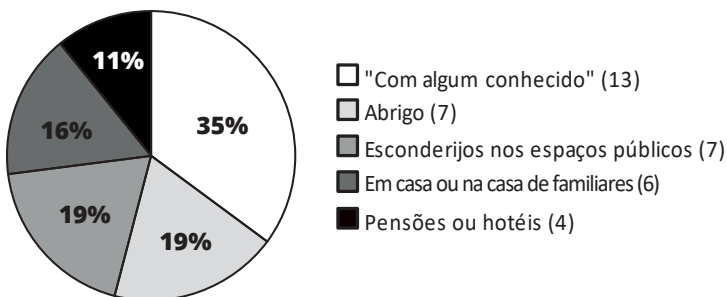
fonte: adaptado tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Você carrega consigo todos os seus pertences?



fonte: adaptado tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Onde você guarda seus pertences?



fonte: adaptado tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Mapa dos espaços públicos comumente utilizados pela população em situação de rua para acesso à água e saneamento.



BANHO/LAVAR

-ESPAÇO PÚBLICO ABERTO

1. LAGO 1 CAMPO DO SANTANA
2. CASCATAS RUA DA AJUDA
3. NASCENTE RUA FRANCISCO MURATORI
4. ESPELHO D'ÁGUA DE MUSEU ARTE MODERNA
5. ESPELHO D'ÁGUA PRAÇA PARIS
6. BAÍA DE GUANABARA
7. CHAFARIZ CANDELARIA
8. PONTO DE ÁGUA CANAL DO MANGUE
9. PONTO DE ÁGUA CEDAE
10. PRAIA DO FLAMENGO
11. PONTO DE ÁGUA RUA URUGUAIANA
12. ESPELHO D'ÁGUA METRÔ CARIOCA

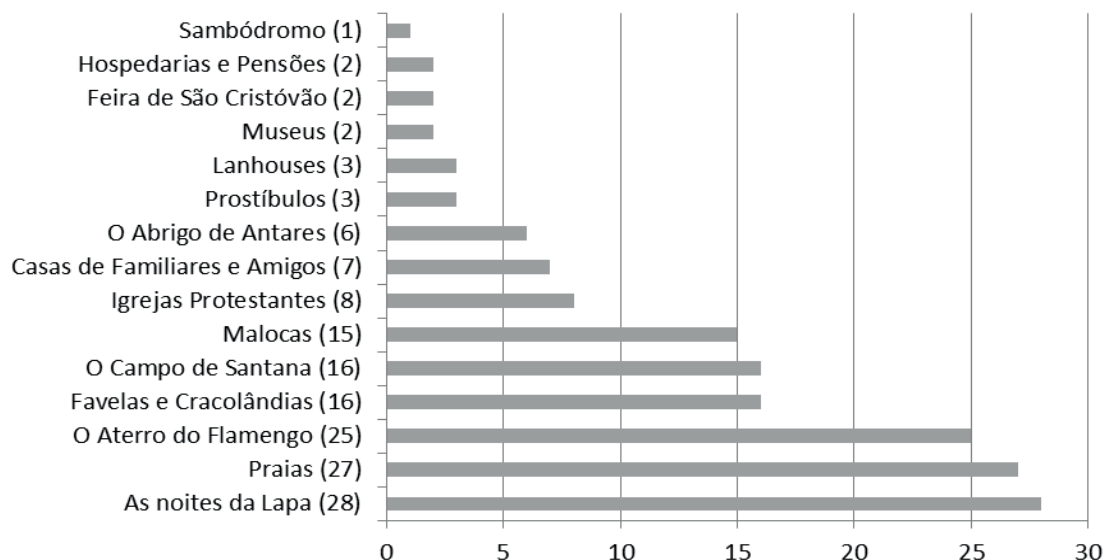
BEBER E/OU IR AO BANHEIRO/LAVAR ROUPA

-ESPAÇO PÚBLICO FECHADO

13. PAÇO IMPERIAL
14. MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES
15. BIBLIOTECA NACIONAL
16. CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL
17. CASA FRANÇA BRASIL
18. MC DONALD'S
19. HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE
20. HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR
21. UFRJ INSTITUTO DE FILOSOFIA
22. UPA
23. PAM OSWALDO CRUZ
24. CATEDRAL METROPOLITANA
25. DEFENSORIA PÚBLICA
26. CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL
27. 5 DELEGACIA POLICIAL

fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2006; ROBAINA, 2015

Lugares frequentados para as práticas de ócio e lazer?



fonte: retirado da tese de doutorado de Igor Robaina, 2015

Sintetizando, as diferentes atividades cotidianas da população de moradores de rua são conduzidas por ritmos urbanos particulares, coincidindo diretamente na organização de suas mobilidades e permanências. Essa população está inserida em uma contradição entre a vida nômade e a dependência de certos lugares, como abrigos, pontos de doação e acesso clandestino à água que servem de apoio para as suas práticas cotidianas.

O direito ao acesso seguro à água e ao esgotamento sanitário sem discriminação é uma violação comumente vividos por essas pessoas. Segundo Rezende e Heller (2002), a trajetória histórica do saneamento no Brasil caminha junto com outros aspectos do desenvolvimento, sobretudo os econômicos, sociais, políticos e culturais. Além de serem sem-teto, essas pessoas ainda sofrem com a falta de acesso à água agravando crises de saúde e a exclusão social.

2.4. Um diálogo interdisciplinar

Esse fenômeno, muito complexo, não pode ser objeto de estudo de somente um campo científico. É preciso uma interdisciplinaridade de saberes por diferentes profissionais para um melhor entendimento pela sociedade. Essa pesquisa é inserida no campo da arquitetura e do urbanismo, mas abre diálogos com o campo das artes, da geografia, psicologia, filosofia e saúde pública.

Para o geógrafo Igor Robaina (2015), a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações ao longo de sua história, porém esse fenômeno permanece e, portanto, desprezá-lo ou não o colocar em uma posição central nos estudos sobre o espaço urbano parece ser um grande equívoco. (ROBAINA, 2015).

Esse posicionamento político e crítico de colocar o morador de rua no centro do debate urbano proporcionou grandes mudanças no campo da geografia. Neil Smith, falecido professor de Antropologia e Geografia na City University of New York e referência em pesquisas sobre segregação social e direito à cidade, propõe uma nova teoria esquemática da produção da escala através da análise de uma intervenção estética para moradores de rua - o "veículo do Sem-Teto", projeto do artista Krzysztof Wodiczko de Nova York exibido pela primeira vez em 1988.

É através dos moradores de ruas e suas territorialidades que Smith inicia um debate sobre a produção da escala. Sendo esse um fenômeno geográfico construído socialmente através de processos contínuos de disputa e

cooperação que estabelecem fronteiras em diferentes lugares de experiência. Além de ser constituída socialmente, ela também gera processos sociais. Smith rompe com uma tradição pedagógica que estabelece o espaço como algo absoluto ou natural, submetido ao tempo e não passível de problematização. (SMITH, 2000)

Smith examinará de um ponto de vista não muito comum da geografia (do micro para o macro) uma sequência de escalas (corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação e globo) através de diferentes aspectos: a identidade da escala (diferenças quando comparadas), suas diferenças interiores (processo particular de constituição), as suas fronteiras (a diferença pressupõe limites claros ou não) e as suas articulações (cooperações e disputas). O autor avança na discussão da escala geográfica pelo fato de estender o seu discurso para o campo político. As escalas estabelecem fronteiras e impõem identidades, mas através do campo político podem se tornar também um mecanismo de expansão e inclusão, ampliando identidades. A escala, sendo um produto social, surge como política de diferenciação espacial, sendo um instrumento teórico para se compreender as diferenças espaciais e como um lugar da luta política. (SMITH, 2000)



Figura 12: Projeto de veículo para Homeless. Krzysztof Wodiczko. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/anaholck>> Acessado em: 14 de outubro de 2019.



Figura 13: Projeto de veículo para Homeless. Krzysztof Wodiczko. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/anaholck>> Acessado em: 14 de outubro de 2019.

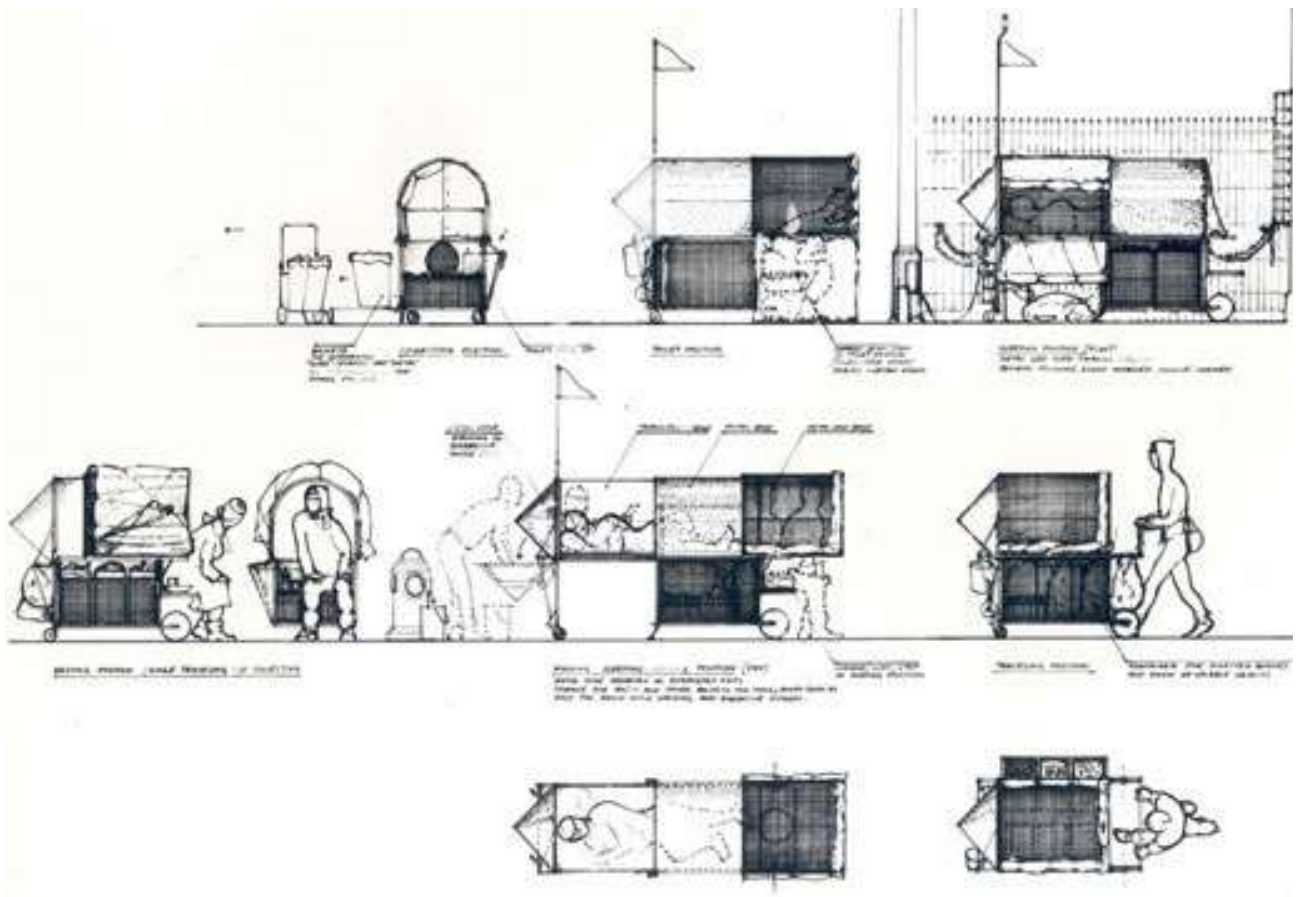


Figura 14: Croquis do projeto de veículo para Homeless. Krzysztof Wodiczko. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/anolck>> Acessado em: 14 de outubro de 2019.

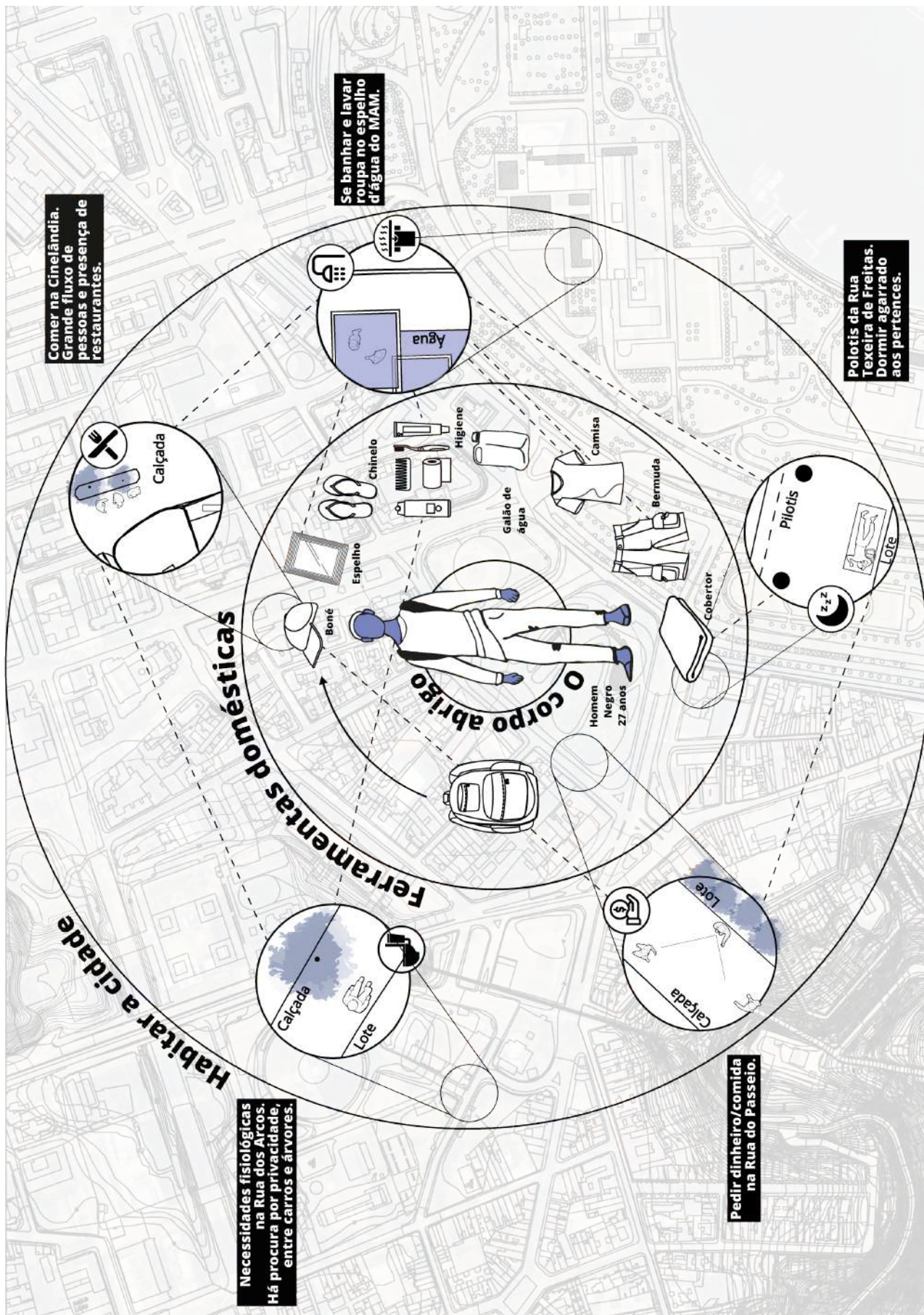


Figura 15: Cartografia de um morador de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro. fonte: Autor.

Essa leitura em diferentes escalas do corpo ao território considerando dimensões subjetivas é utilizada pela equipe multidisciplinar do Consultório na Rua (POP Rua) do Centro da cidade do Rio de Janeiro. O serviço, que funciona desde 2010, promove acesso à saúde à população em situação de rua na região.

A escala do território para o POP RUA é um espaço produzido pelas relações que nele se estabelecem: cooperações e disputas. A território não tem uma imagem estática, pois é feito de muitas imagens em movimento, em várias dimensões. É composto por todas as pessoas que por ele passam, por coisas e lugares que o compõem e pelas ações nele realizadas.

O POP RUA não faz apologia à situação de rua e nem à saída da rua pelas pessoas que nela moram. Ele visa garantir direitos básicos sem impor uma forma de vida, legitimando a rua e construindo o cuidado a partir dela. Iacã Machado Macerata, professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, utilizou a sua experiência de atuação nesse grupo para estudar a noção de uma clínica de território pensada como um

modo de atualizar a intervenção clínico-política na cidade nos tempos atuais. Para o autor, a rua é como um território existencial, é uma singularidade radical na cidade, “experiência limite, um fora dos padrões de vida da cidade, dentro da cidade. Um fora-dentro, um estranho íntimo.” (MACERATA, 2015, p.19)

A rua, nessa posição marginal, ao mesmo tempo que aparece como diferença radical problematizando nossos modos de perceber e praticar o mundo, também mostra um comum, um plano que liga todos os atores nela presente. Sintetizando, essa escala nos proporciona uma experiência urbana, vizinho, íntimo, nos diferenciando e nos ligando. (MACERATA, 2015)



Figura 16 e 17: A equipe multiprofissional composta por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e técnicos de enfermagem, atua realizando aferição da pressão arterial, teste de glicose e também faz marcação de consultas para atendimento com psicólogos, clínicos gerais, dentistas, entre outras especialidades. fonte: Girley Oliveira

De forma geral, os moradores de rua estão inseridos no espaço público, abertos (a rua) ou fechados (centros de apoio, abrigos). A rua é o espaço público que eles passam mais tempo e que exercem a maioria de suas práticas de âmbito privado. A presença dessas pessoas gera uma tensão no espaço público, tensão que nos remete ao direito à cidade.

Gabrielle Rocha, arquiteta e pesquisadora do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dedica sua pesquisa nos conflitos de apropriação da região do Porto Maravilha no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Rocha, a arquitetura que não leva em consideração a existência de grupos marginalizados é homogênea e elitista levando a exclusão dessas camadas sociais. Porém, a exclusão espacial gerada por esse tipo de arquitetura junto à falta de políticas públicas voltadas para população mais vulnerável gera respostas quase involuntárias de seus habitantes, como a apropriação espontânea do espaço público. Assim, a autora ao estudar esse fenômeno no território da rua expõe uma coautoria na construção do espaço público, físico e social, por parte desse segmento da sociedade.

“Ser coautor da cidade é ser parte e compartilhar a criação dos espaços e das situações, de forma material ou imaterial, pacífica ou belicosamente. Os coautores são aqui compreendidos como atores que constituem grupos como governo, empresas,

urbanistas, cidadãos formais, cidadãos marginalizados, ativistas urbanos, etc.. Estes grupos coautores trabalham juntos para a formação de um todo urbano, onde cada um, através de sua participação, que pode ter escalas diversas, cria encaixes entre diferentes grupos, cria sobreposições. Tais ações geram conflitos urbanos, especialmente entre os que detêm algum poder político e/ou econômico e os menos favorecidos.” (ROCHA, 2018)

Essa coautoria, quando em exercício, entra em conflito com a cidade imposta pelo capital, apresentada por Rocha como “cidade-imagem”. O capital vende uma ideia (imagem) de cidade em que os projetos arquitetônicos e urbanos devem ser reconhecidos para serem vendidos. Logo, surgem nas cidades torres envidraçadas, museus, alamedas, aquários, entre outros programas genéricos que são inseridos para serem consumidos passivamente. Essa passividade na apropriação dos espaços, rígida e estática, contribuem para a análise da cidade como imagem. (ROCHA, 2018)



Figura 18: Segundo Rocha (2015), o Museu do Amanhã e a Praça Mauá são exemplos de imagens extensivamente vendidas antes dos Jogos Olímpicos de 2016, sacralizadas pelo governo municipal. Fonte: Autor, 2019.

Rocha em seu estudo apresenta a noção de espaço público como “[...] um conjunto de comportamentos que cristalizam um lugar que não tem necessariamente uma natureza jurídica pública, mas que tem a capacidade de oferecer, [...], a estrutura para um ato coletivo de partilhar [...]” (LA VARRA 2008, apud. ROCHA 2018, p. 180). O ato de compartilhar, segundo Rocha, é a chave importante para a construção do espaço urbano. Desde as primeiras políticas públicas do estilo “bota a baixo”, o capital utiliza o projeto urbano para favorecer uma pequena parcela da população. (ROCHA, 2018)

Parte dos estudos no campo da arquitetura e do urbanismo também irão se dedicar em entender dimensões subjetivas como conformadoras de espacialidades. Além de colocar atores até então marginalizados no centro do estudo urbano. Para André Teruya Eichemberg, arquiteto e urbanista com pesquisas voltadas para novas concepções espaciais na realidade virtual e espaços urbanos, o fenômeno social de morar nas ruas pode servir como autêntico e criativo objeto de estudo para a arquitetura contemporânea, ao ser estudado não como uma solução habitacional ou um modo de vida para o futuro, mas sim, como uma perspectiva de libertação

do corpo no espaço. (EICHEMBERG, 2004)

O entendimento dessa condição de vida não como uma solução habitacional dialoga com a análise do “veículo do Sem-Teto” feita por Smith, que também não o considera uma solução, mas sim como um mecanismo de visibilidade e denúncia. Além de dialogar com o POP RUA que legitima a rua ao buscar entendê-la, habitá-la e se inserir como mais um desses atores que nela se fazem presente. Em contraste com a arquitetura como resposta dos interesses da classe dominante também expostas por Rocha (2018), as iniciativas voltadas especificamente para as pessoas em situação de rua, segundo Eichemberg (2004), certamente caminham para a elaboração de uma futura arquitetura dos espaços abertos.



Figura 19, 20,21,22: Homem toma banho e lava roupa no chafariz da Candelária. Fonte: R7.com.br

3. Equipamento urbano para banhos públicos

3.1. Contextualização

A ideia de um equipamento urbano para banhos público não é nenhuma novidade. Ao longo da história, a humanidade desenvolveu parte de sua relação com a água através desse tipo de edificação em que o banho tem um caráter sagrado ou ritualístico, terapêutico ou medicinal, e mesmo social, como as termas romanas.

As termas romanas, além do banho, eram locais de músicas, poesia, práticas de esporte e lazer.

No Brasil, o banho diário é uma herança indígena, por isso durante o período colonial as casas de banho eram muito populares, uma vez que as redes de saneamento eram bastante reduzidas.

A luta pelo acesso à água está presente desde o início da urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Durante o séc.XVIII, os primeiros monumentos erguidos para utilidade pública na cidade foram os chafarizes. Esses equipamentos tinham a função de distribuir água para a população, mas também eram verdadeiros “pontos de sociabilidade da vida urbana”. (MENDES, 2009)

Porém, com a implantação cada vez mais comum das redes de abastecimento de água para as casas privadas, as casas de banho

e chafarizes deixaram de serem populares. A herança social do banho público ainda é presente em nossa sociedade, em praias e clubes, mas os aspectos medicinais e curativos ficaram restritos aos espaços privados de massagem e saunas.

Entre o final do século XIX e início do XX, a cidade do Rio de Janeiro foi palco um processo elitista de higiene e limpeza social, associado à pobreza que almejava uma cidade limpa e saudável. A então chamada “renovação urbana” proposta pelo prefeito da época Pereira Passos, repercutiu na malha urbana da cidade com a eliminação de habitação precárias, como os cortiços, demolição de morros, canalização de rios e alargamentos de vias. Porém, não se limitava as obras físicas, mas também em aplicações de leis como a proibição da mendicância e venda de vários produtos por ambulantes que modificavam hábitos e comportamentos sociais, principalmente da população mais pobre. (MULLER, 2002)



Figura 41: Chafariz da Pirâmide/Praça XV, por Jean Baptiste Debret, 1826. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/obra-de-debret-que-retratou-cotidiano-da-cidade-no-seculo-xix-sera-tema-de-mostra-15404860>> Acessado em: 17 de novembro de 2019.

O projeto aborda a promoção do acesso à água, banho e higiene pessoal sem a intenção de promover a segregação dessa parcela marginalizada da população. Por isso, trabalho com o conceito de higienização apresentado por Richard Scoffier reduzindo a importância desse ato quando comparado com o ato de se banhar.

Scoffier, arquiteto francês e professor na École Nationale Supérieure d'Architecture em Paris, estuda as atividades humanas contemporâneas e suas relações programáticas, simbólicas e formais no espaço de viver, seja em escala doméstica ou urbana. Para o arquiteto, higienizar-se é somente uma etapa ou uma redução de um ato maior e fundamental definido por ele por "se lavar". Esse ato carrega em si questões de purificação e transformação. Para contextualizar e embasar essa pesquisa, o arquiteto cita as termas romanas como enormes dispositivos para transformar corpos bárbaros em corpos romanos; e arquiteturas mais contemporâneas como o projeto das termas de Vals de Peter Zumthor que busca através da arquitetura operar no sentido de transformação.



Figura 42: Termas de Diocleciano, em Roma, como um grande equipamento urbano. Disponível em: < <https://www.tudosobrroma.com/termas-diocleciano>> Acessado em: 17 de novembro de 2019.

3.2. O banheiro

O banheiro não deve ser visto como um simples programa, ele é o cômodo mais íntimo da casa, é o lugar onde o corpo se articula com o espaço para realizar atividades mais profundas. Do ponto de vista burguês e urbano, como um espaço privado, o banheiro permite a exploração do descanso, do prazer, da intimidade e sexualidade, tornam-se um espaço síntese das relações entre corpo, sexualidade e espaço.

Porém, segundo Preciado 2019, como espaço público, os banheiros tornam-se “progressivamente em cabines de vigilância do gênero”, controlando não somente as identidades de gêneros como quem não se identifica com essa dicotomia homem/mulher que impõe o masculino ao homem e o feminino à mulher e os relaciona ao seu órgão sexual. Nega-se, assim, a cidadania e o direito de parte da população, vista como marginalizada.

“O banheiro feminino reúne assim duas funções diferenciadas tanto pela sua consistência (sólido/líquido) como por seu ponto anatômico de evacuação (canal urinário/ânus) sob uma mesma postura e um mesmo gesto: feminino = sentado. Ao sair da cabine reservada à excreção, o espelho, reverberação do olhar público, convida ao retoque da imagem feminina sob o olhar regulador de outras mulheres. Atravessemos o corredor e vamos agora ao banheiro dos cavalheiros. Cravados na parede, a uma altura de oitenta a noventa centímetros do chão, um ou vários mictórios estão agrupados em um espaço, frequentemente destinado igualmente às pias, acessível ao olhar público. Dentro desse espaço, um ambiente fechado, separado categoricamente do olhar público por uma porta com fechadura, dá acesso a um vaso semelhante ao que mobilha os banheiros de senhoras.[...] separação de funções mijar-de-pé-mictório/cagar-sentado-cabine. Dito de outro modo, a produção eficaz da masculinidade heterossexual depende da separação imperativa da genitália e do ânus.” (PRECIADO, 2006, s.p.)

Esse tema também é estudado por uma equipe de pesquisa multidisciplinar americana chamada “Stalled!”. Eles tomam partido dos debates contemporâneos em torno do acesso de pessoas transgêneras a banheiros públicos abordando as consequências de projetar banheiros públicos inclusivos e seguros para

todas as pessoas. A equipe voltará a ser citada nesse trabalho como referência projetual.

Assim, projetar banheiros públicos é pensar e desenhar a cidade e suas várias tensões, sejam nas relações público/privado e sexualidade/espaço. Implica-se em uma desconstrução e ressignificação do cotidiano e da sexualidade frente ao espaço público, o que sem dúvida é uma ação transformadora e fundamental na cidade. (Tak, 2018)

Pessoas em situação de rua vivem à margem da sociedade e sofrem com o descaso de instituições públicas que na maioria das vezes tenta afastá-las das áreas com melhores infraestruturas na cidade. Ao mesmo tempo em que são invisibilizadas pelo governo e por parte da sociedade, elas têm muitos aspectos de suas vidas privadas expostas.

Essas contradições geradas por suas condições particulares de vivência no espaço público tornam atividades cotidianas e fundamentais, como “se lavar”, poderosos atos de denúncia de suas condições. Esses atos merecem ser realizados de maneira adequada através de uma arquitetura que opere para esse sentido de transformação, dignidade e cidadania ao mesmo tempo promova o compartilhamento do espaço público entre diferentes pessoas.

Figura 43: Fabíola Dumont, Centro de Esportes Radicais, São Paulo. Terminal 10 mg, Mexa. Setembro 2017 Foto: Dudu Quintanilha



3.3. Atmosferas

As termas ou casas de banhos, majoritariamente, são equipamentos que apresentam uma arquitetura capaz de estimular sensações nos usuários. Peter Zumthor, tem, talvez, o projeto contemporâneo mais aclamado de termas.

Na Suíça, o arquiteto escava na rocha as Termas de Vals (1996), um projeto que exemplifica claramente como as espacialidades, materiais e materialidade, as diferentes escalas usadas são capazes de aflorar sensações através de uma atmosfera relaxada, serena e meditativa. Para criar essa atmosfera, o arquiteto utiliza como referência as Termas de Rudas, em Budapeste, uma casa de banho turca construída durante a ocupação turca do século XVI. Embaixo de uma cúpula com diâmetro de 10 metros, sustentado por 8 pilares, existe uma piscina octogonal, como sauna.

“Os rios de luz que caíam através das aberturas

do céu estrelado da cúpula iluminam a sala que não pode ser mais perfeita para os banhos: a água em bacias de pedra, o vapor a subir, os luminosos raios de luz na semiescuridão, uma atmosfera calma e relaxada, salas que desvanecem nas sombras; pode-se ouvir todos os diferentes sons da água, pode-se ouvir as salas a ecoar. Havia algo sereno, primitivo, meditativo acerca dele que era totalmente cativante.”

ZUMPTHOR, 2006, p. 61



Figura 44: Termas de Rudas, Itália. Disponível em: <<http://en.rudasfurdo.hu/history>> Acessado em: 15 de novembro de 2019.



Figura 45: Termas de Vals. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/01-15500/classicos-da-arquitetura-termas-de-vals-peter-zumthor> Acessado em: 15 de novembro de 2019.

O conceito de atmosfera trabalhado Zumpthor não é matéria, é uma qualidade que os elementos atribuem ao espaço e é percebida pelo homem em si, mais do que por qualquer sentido.

“A atmosfera comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver. Há situações em que não podemos perder tempo a pensar se gostamos ou não de alguma coisa, se devemos ou não saltar ou fugir. Existe algo em nós que comunica imediatamente conosco.”
ZUMTOHR, 2006, p. 13

Esse conceito não remete a algo estático. Assim, cada espaço pode adquirir atmosferas distintas com a variação de elementos. É responsável por tal mudança a luz natural, que vai variando e conseqüentemente vai sendo recebida de forma diferente num mesmo espaço, salientando e esbatendo características diversas. (MATINS, 2012)

O ato de lavar-se para a população de rua está muito associado ao espaço público livre, sem o auxílio de coberturas e paredes físicas. Como já mencionado, a preferência por tal atividade nos períodos da noite demonstra uma preocupação em expor-se, assim, podemos usar um conceito de planos de “paredes invisíveis” para tais atividades. Essas “paredes” não são nada mais do que as estratégias utilizadas por essa população para minimizar

a sua exposição durante esses atos. Porém, como criar atmosferas trabalhando para uma arquitetura dos espaços abertos mencionada por Eichenberg?

A procura por referências de projetos arquitetônicos que trabalham com diferentes escalas dentro do mesmo projeto e diferentes escalas de transições entre o público/ privado é um caminho para auxiliar nesse questionamento.



Figura 46: Fonte da Juventude, Lucas Cranach. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Fonte_da_juventude > Acessado em: 15 de novembro de 2019.



Figura 47: Homem toma banho e lava roupa no chafariz da Candelária. Fonte: R7.com.br

4. Localização

práticas de ócio e lazer.

A localização do projeto, um lote entre a rua da Lapa e a rua Moraes e Vale no bairro da Lapa, foi motivada por vários fatores. A Lapa é um tradicional bairro da Zona Central da cidade que tem a maior concentração de moradores de rua, além das particularidades dos ritmos urbanos já mencionados. Também é apontada na pesquisa de Robaina (2015) como o lugar mais frequentado pela população em situação de rua para as

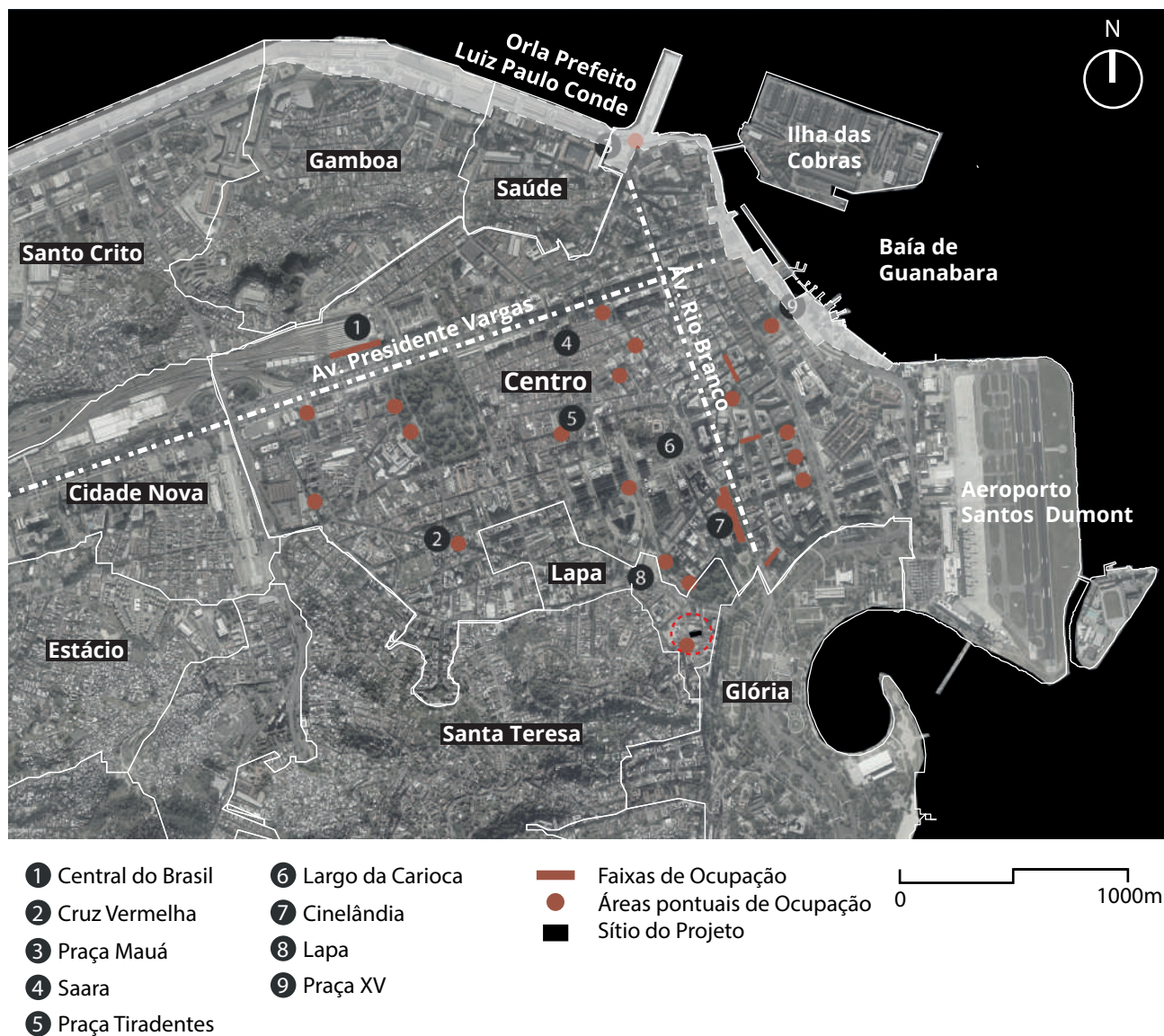


Figura 48: Mapa com os bairros da região central da cidade do Rio de Janeiro e principais vias. fonte: Autor, 2021.

4.1. Análises urbanas

Relação do lote escolhido com as principais vias de transporte da zona central, linha do Metrô e VLT. O lote apresenta fachada para a Rua da Lapa e Rua Moraes e Vale, sendo esse

um fator muito importante para a escolha do mesmo, visto que é possível utilizar estratégia de permeabilidade conectando essas duas ruas, gerando movimento de pessoas para o local.



Figura 49: Mapa com os principais fluxos.
fonte: Autor, 2021.

Relação do lote escolhido com equipamentos de assistência social e projetos sociais na zona central.

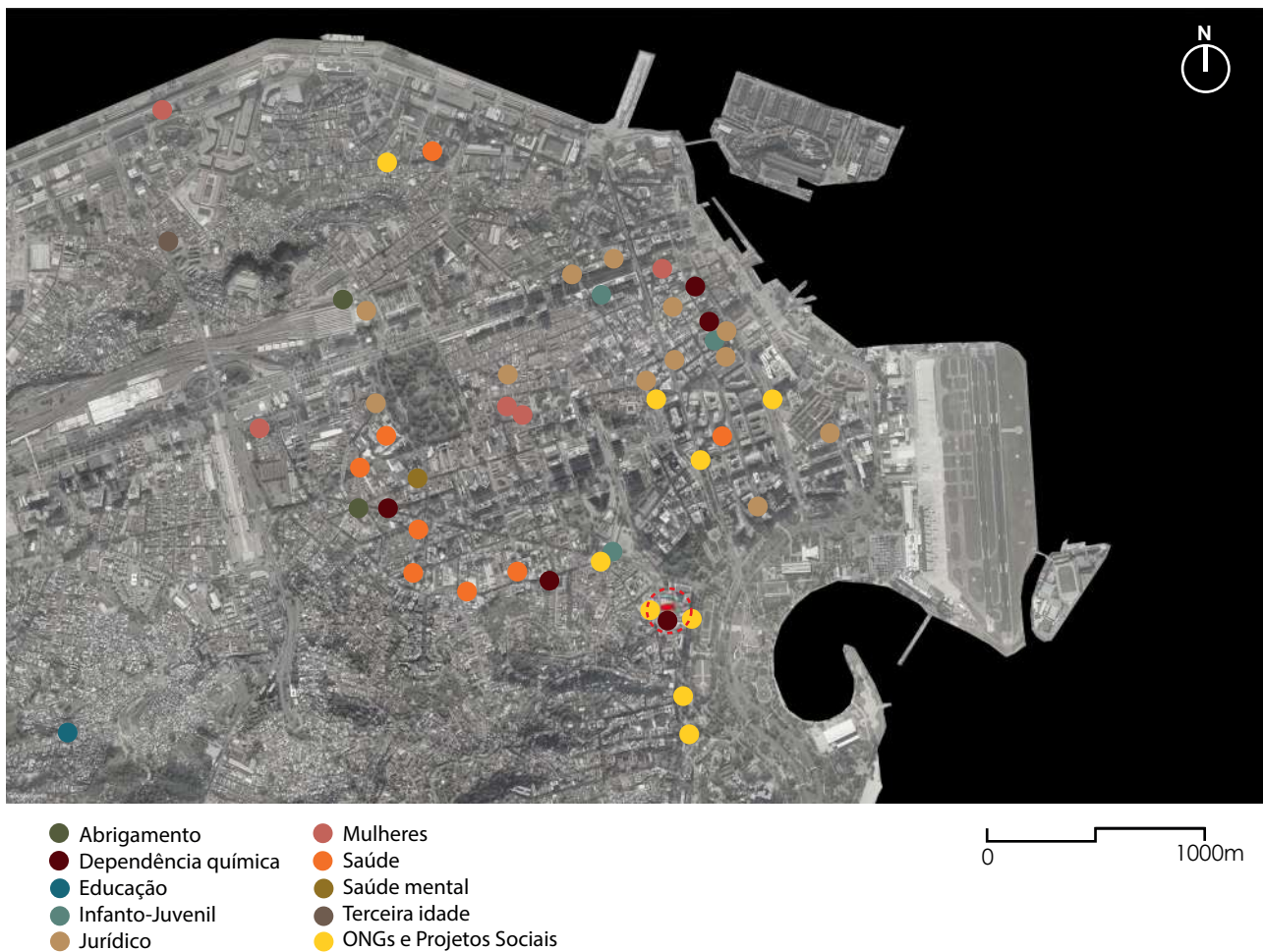


Figura 50: Mapa com pontos de assistência social. fonte: Autor, 2021.

Berço da boemia carioca, o bairro tem enorme importância histórica e cultural. Tratando-se de um projeto com público-alvo pessoas em situação de rua, a escolha do bairro torna-se interessante pelo estudo anteriormente feito do trabalho de Rocha (2018) que considera uma chave importante

para a construção do espaço público o compartilhar por diferentes grupos sociais. O ócio e o lazer na Lapa proporcionam o encontro de pessoas de diferentes camadas sociais.

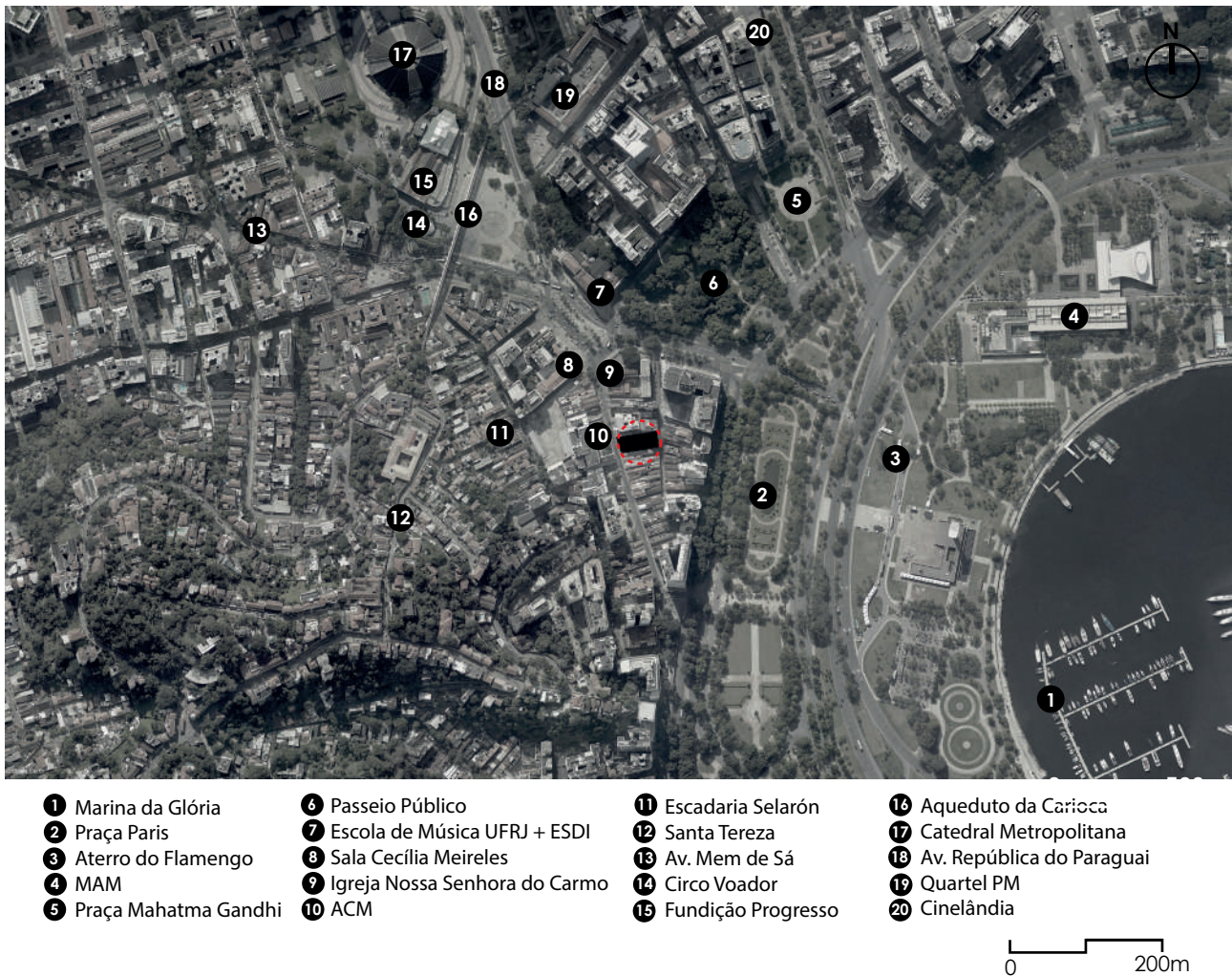


Figura 51: Mapa com os pontos culturais próximos da Lapa. fonte: Autor, 2019.

As tipologias e gabarito do entorno se diferenciam de acordo com seus respectivos momentos históricos. Essas camadas históricas reforçam o caráter de contrastes no bairro, o lote se encontra em uma situação de grande densidade volumétrica, praticamente todo o quarteirão tem suas edificações coladas nas divisas dos lotes.

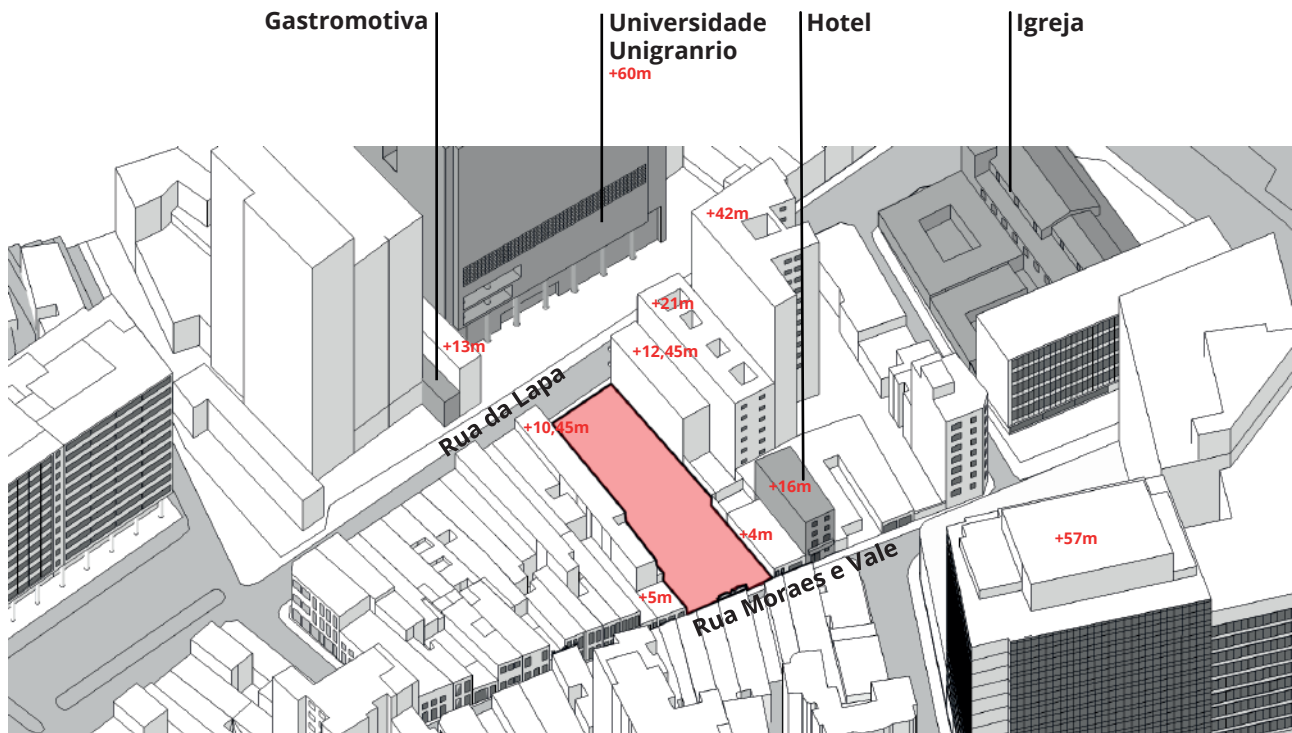


Figura 51: Volumetria do entorno do local de intervenção. fonte: Autor.

O gabarito no entorno no lote irá interferir diretamente na disposição de luz e sombras.

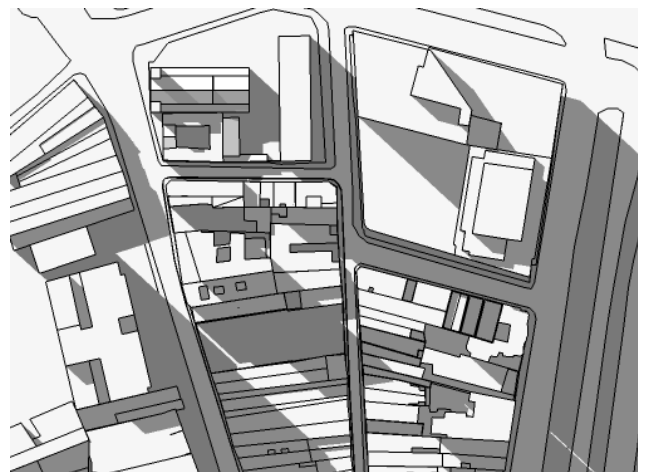
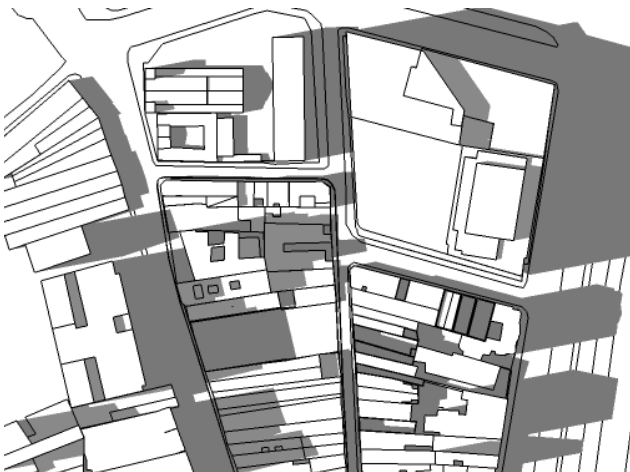
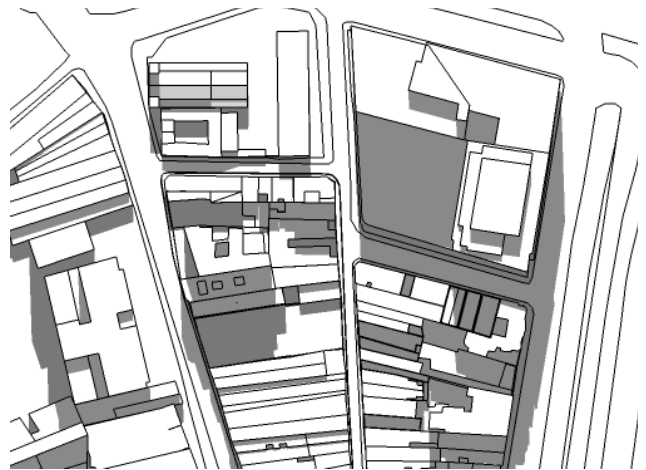
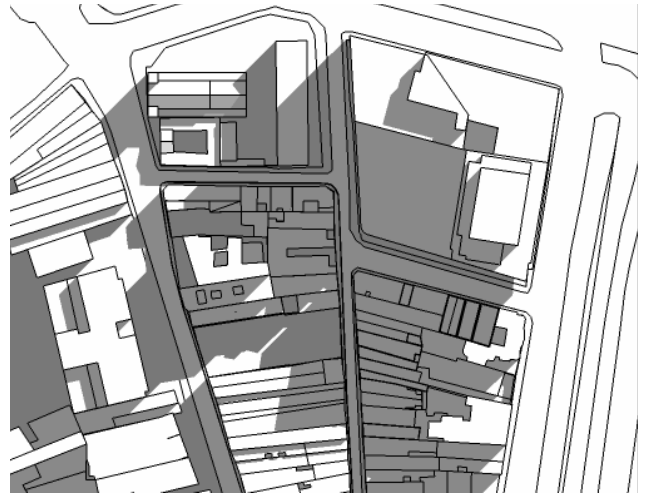


Figura 52: Sombras no solstício de verão, 9h, 12h e 15h.

Figura 53: Sombras no solstício de inverno, 9h, 12h e 15h.

4.2. Legislação

Endereço: Rua da Lapa, 85, 87 e 89; Rua Morais e Vale, 41.

Bairro: Lapa

Área do lote: 999,00 m²

O lote encontra-se inserido em uma Área Central 2 (AC-2) de acordo com o Decreto 322/1976 (Regulamento do Zoneamento do Município do Rio de Janeiro) e a Lei 2.236/1994 (Define as condições de uso e ocupação do solo da Área de Especial Interesse Urbanístico da II Região Administrativa (II R.A – Centro)

Segundo o art. 91 do Decreto nº 322 de 03/03/1976, edificações não residenciais em AC não estão obrigadas a deixar áreas livres nos lotes.

Segundo o art. 13 da Lei nº 2.236 de 14 de outubro de 1994, “as edificações da Área Central 2 não são obrigadas a deixar áreas livres nos lotes, exceto no caso das de uso residencial, que obedecerão aos parâmetros de ventilação e iluminação vigentes.”

O lote, abrangido pelo Corredor Cultural (segundo o PAA nº10.600/ PAL Nº 41.632 e a Lei n.º1139 /1987) com gabarito de 10,50 metros, está categorizado segundo a seguinte classificação: subzona de renovação urbana, define os seguinte critério: “qualquer edificação a ser erguida, reconstruída ou reformada deverá obedecer a projeto integrado ao conjunto arquitetônico ao qual pertence, respeitadas as alturas máximas determinadas no PAA e no PAL citados no caput deste artigo;”

Segundo Nota Técnica 2-08 do CBMERJ, o projeto dispensa o uso de escada enclausurada pelo tipo de uso (institucional) e número de pavimentos (3), sendo adotada escada comum:

“escada que, embora possa fazer parte de uma rota de saída, se comunica diretamente com os demais ambientes, como corredores, halls e outros, em cada pavimento. Não possui paredes e portas corta-fogo.” (Nota Técnica nº 2-08:2019 - Saídas de emergência em edificações, 2019, pág. 4)

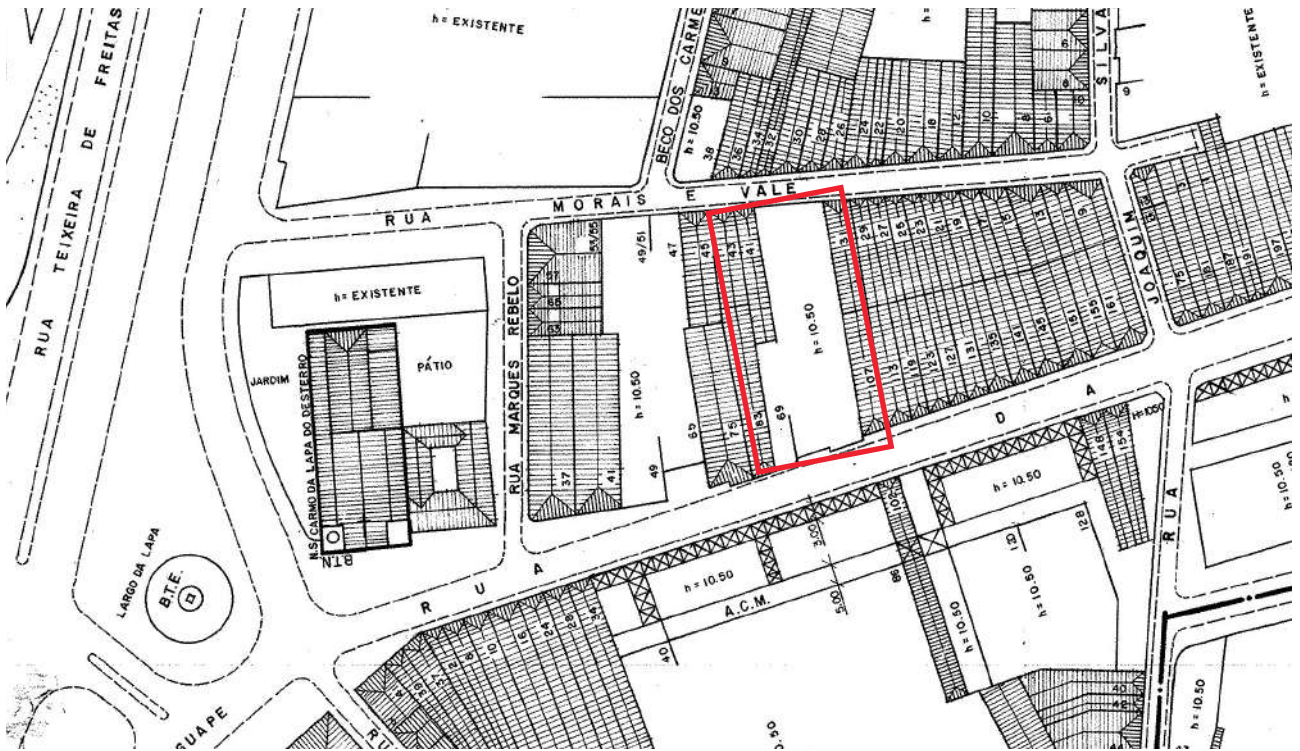


Figura xx: Detalhe do lote: Sub-zonas de preservação ambiental e Sub-zonas de renovação urbana. PAA nº10.600/ PAL Nº 41.632 - Corredor Cultural.
 Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo-SMU, Prefeitura do Rio de Janeiro.

LEGENDA :



SUB-ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL :

- SERÃO MANTIDAS TODAS AS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS ARTÍSTICAS E DECORATIVAS QUE COMPÕEM O CONJUNTO DAS FACHADAS E COBERTURAS DOS PRÉDIOS EXISTENTES NA ÁREA, INCLUSIVE CLARABÓIAS E SUAS PROJEÇÕES E, RETIRADOS OS ELEMENTOS QUE COMPROMETEM A MORFOLOGIA ORIGINAL DAS EDIFICAÇÕES, TAIS COMO EMPAÇAMENTOS E MARQUISES;
- SERÃO PERMITIDAS MODIFICAÇÕES INTERNAS, DESDE QUE RESPEITEM A VOLUMETRIA ORIGINAL DOS IMÓVEIS E GARANTAM A ACESSIBILIDADE ÀS JANELAS E SACADAS DOS MESMOS;



SUB-ZONA DE RENOVAÇÃO URBANA :

- QUALQUER EDIFICAÇÃO A SER ERGIDA, RECONSTRUÍDA OU REFORMADA, DEVERÁ OBEDECER A PROJETO INTEGRADO AO CONJUNTO ARQUITETÔNICO AO QUAL PERTENCE, RESPEITANDO AS ALTURAS MÁXIMAS DETERMINADAS NESTE P.A., A CONTAR DO MEIO-FIO EXISTENTE FRONTEIRO AO IMÓVEL.



BEM TOMBADO :

B.T.M. - BEM TOMBADO MUNICIPAL

B.T.E. - BEM TOMBADO ESTADUAL

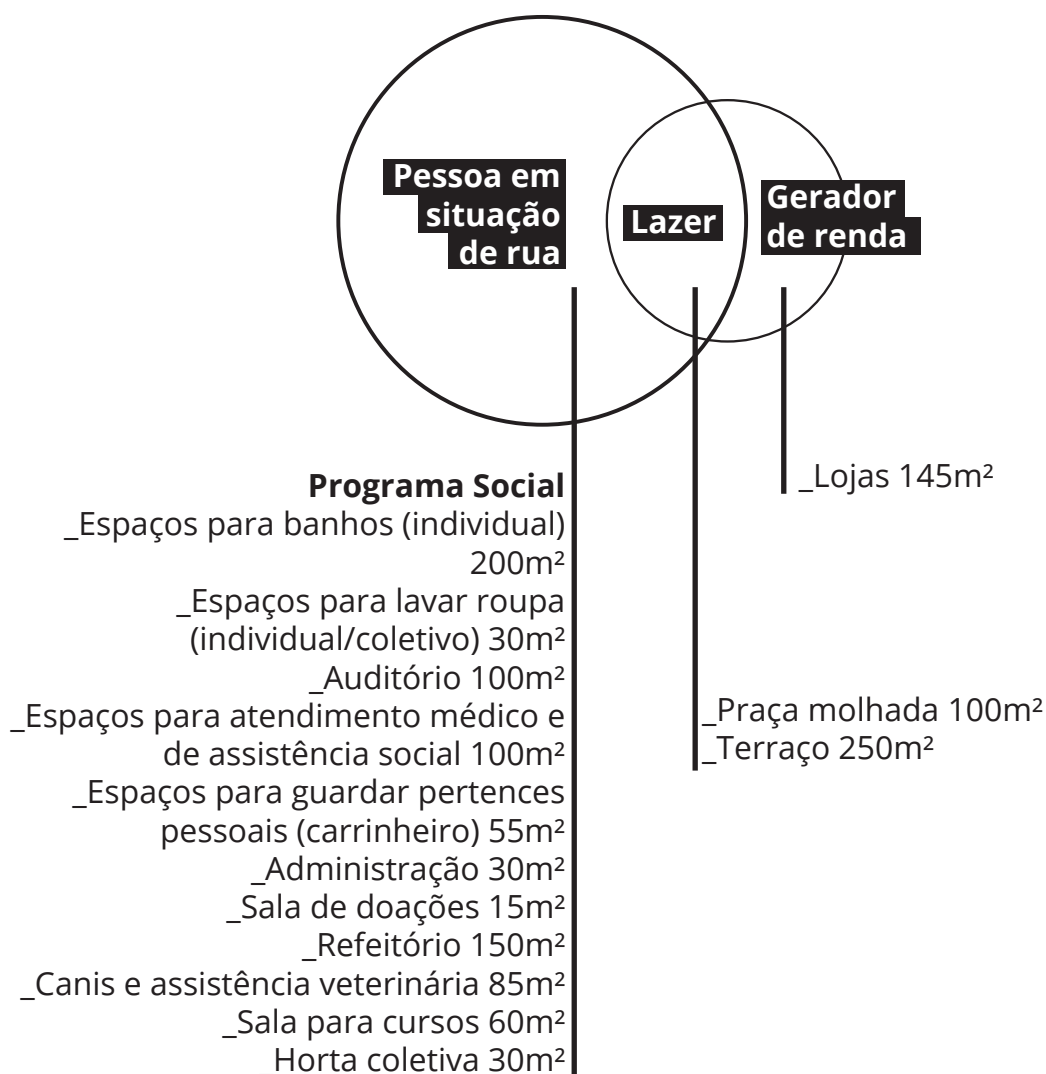
B.T.N. - BEM TOMBADO NACIONAL

--- LIMITES DA ÁREA DO CORREDOR CULTURAL

Figura xx: Detalhe Legenda. PAA nº10.600/ PAL Nº 41.632 - Corredor Cultural.
 Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo-SMU, Prefeitura do Rio de Janeiro.

5. O Programa

A partir da pesquisa realizada, buscou-se desenvolver um programa em respostas às necessidades cotidianas das pessoas em situação de rua em relação ao acesso à água e assistência social e outros programas que visam trazer retorno financeiro para o projeto, permitindo assim a manutenção da atividade social.



6. Referências projetuais

Protótipo de banheiro em aeroporto, 2018 Stalled!, EUA

Um protótipo de banheiro para um aeroporto como um programa semiaberto semelhante a uma ágora formada por três zonas de atividade paralelas: escovar, lavar e eliminar. A escolha do aeroporto ocorre por ser um espaço público de uso misto e alta circulação de pessoas de diferentes lugares, culturas, religiões, etc. A proposta toma como ponto de partida as dimensões (padrão) de um banheiro típico de aeroporto segregado por gênero.

O objetivo é explorar diferentes maneiras de uma ampla gama de “assuntos corporificados” se misturarem no espaço público, com

base no entendimento de que as atividades aparentemente corriqueiras e universais realizadas em banheiros são moldadas pela convergência de fatores biológicos, culturais e psicológicos. Implantar o banheiro em uma grande circulação e tratar a cabine individual como uma unidade de privacidade permite remover as paredes que quase sempre dividem esse programa.

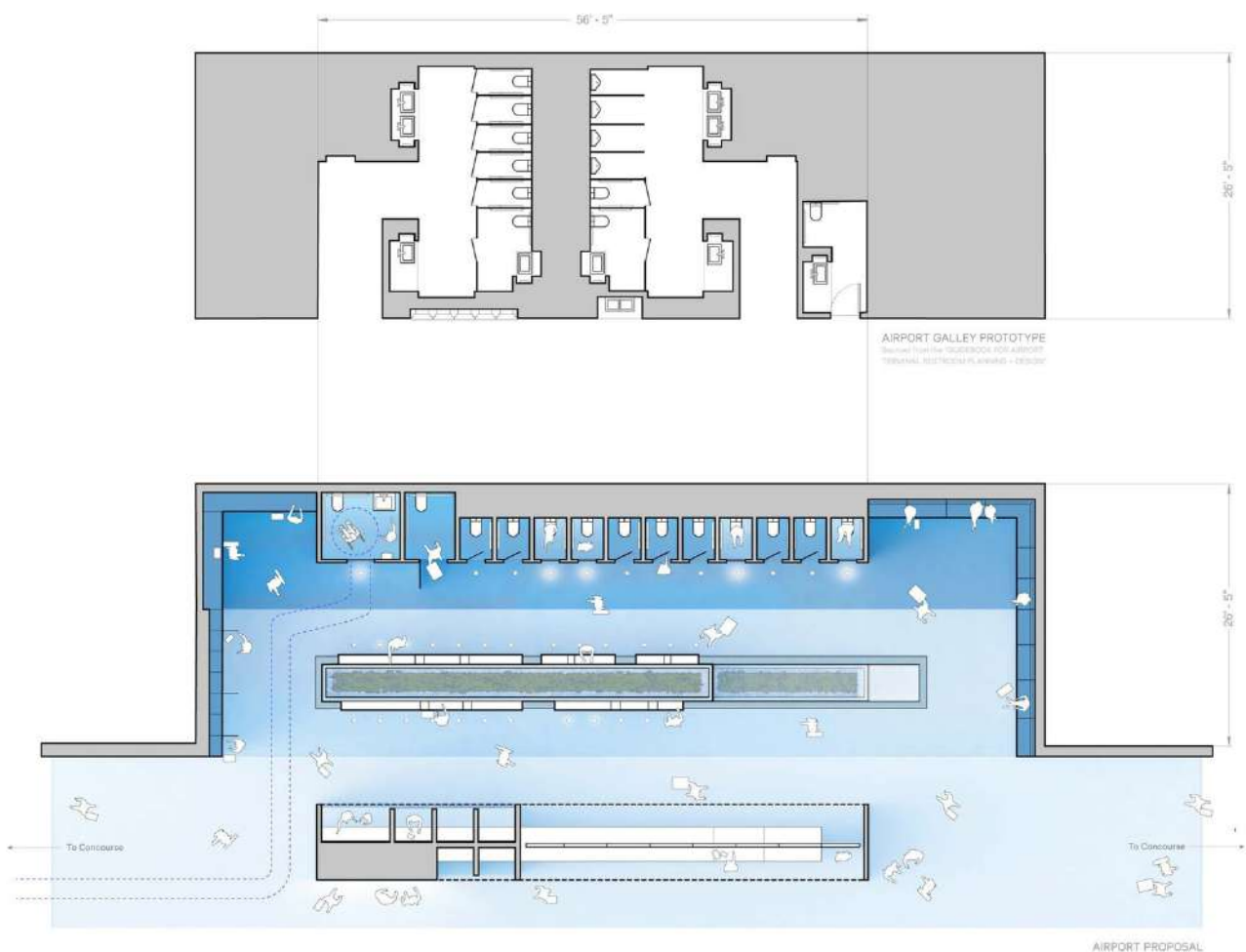


Figura 56: Planta protótipo de banheiro em aeroporto.
fonte: Disponível em: <<https://www.stalled.online/>>
Acessado em: 19 de novembro de 2020.

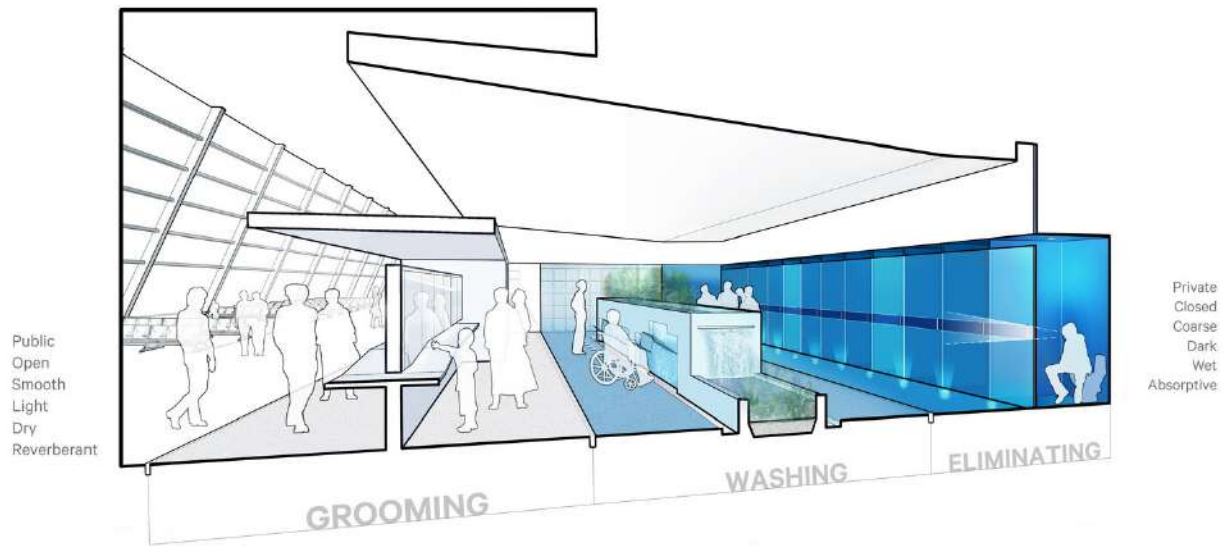


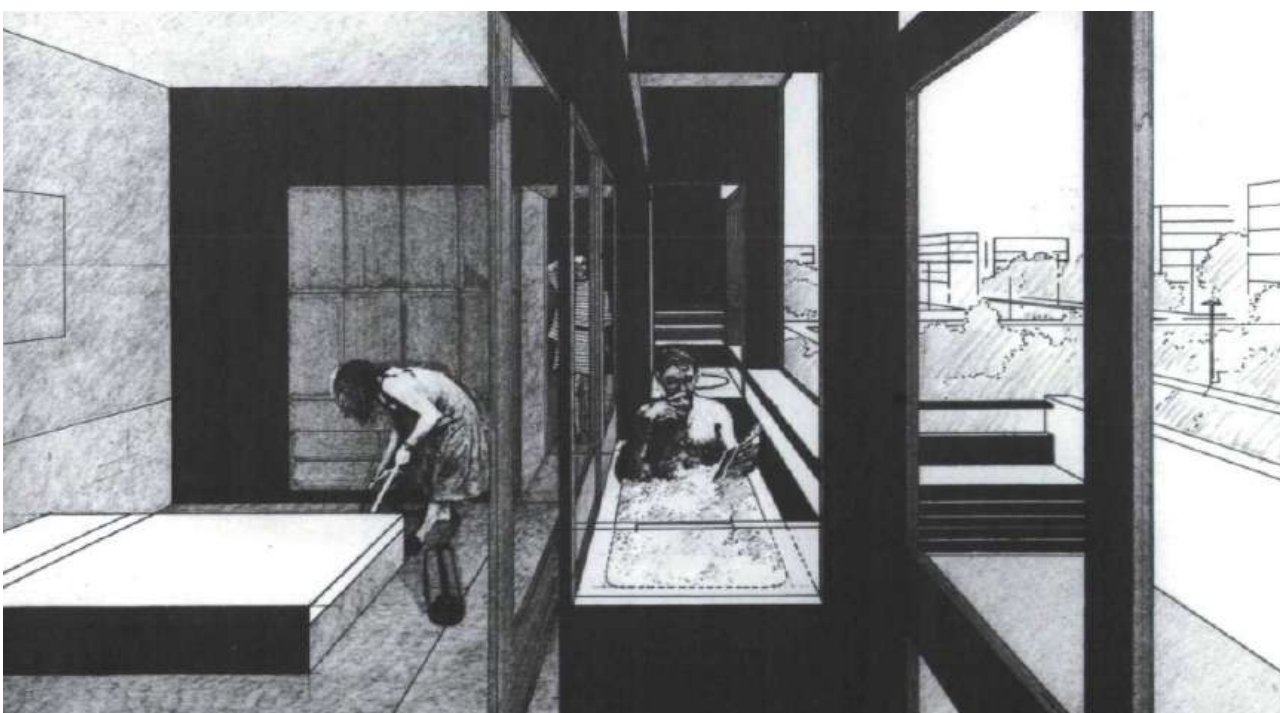
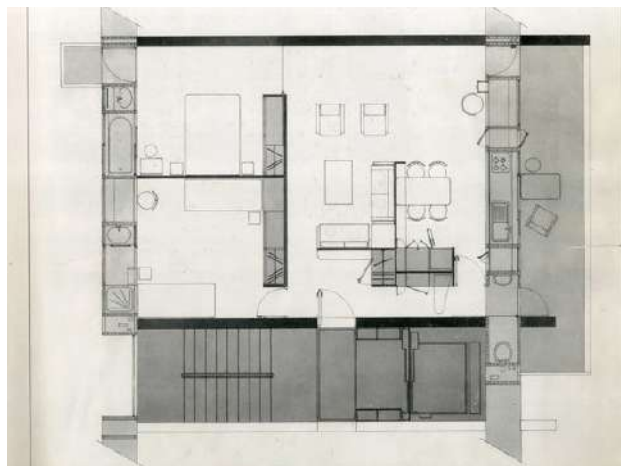
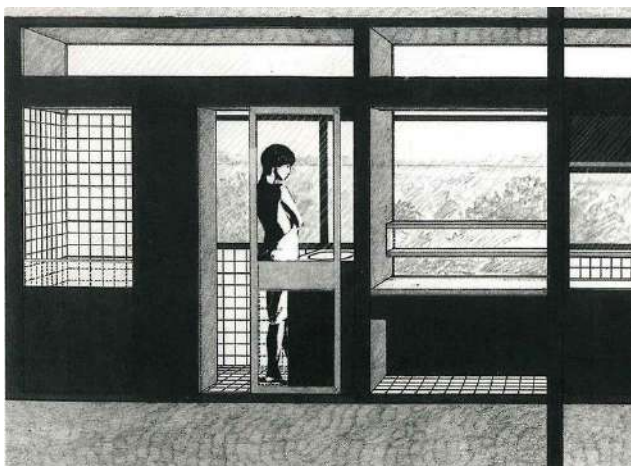
Figura 57: Corte protótipo de banheiro em aeroporto. fonte: Disponível em: <<https://www.stalled.online/>> Acessado em: 19 de novembro de 2020.

Domus Demain, 1984 Yves Lion, François Leclercq

O projeto não tem relação com de banhos públicos, mas é interessante como os arquitetos posicionam o banheiro em uma habitação e como o novo arranjo questiona os limites do público e do privado. Nas décadas de 80 e 90, os arquitetos se empenharam em desenvolver diferentes estratégias para maximizar a flexibilidade da habitação. Na proposta de Domus Demain, optou-se por simplificar e minimizar as funções molhadas da habitação para que as pudesse condensar nas zonas de fachada do apartamento. Permitindo-se assim, libertar o restante espaço da habitação para diferentes soluções de flexibilidade, facilitando também o conserto em caso de avaria com os sistemas húmidos, podendo ser substituídos em bloco a partir da fachada. (GOMES, 2017)

Essa proposta de habitações tem uma certa qualidade passiva em seu núcleo, enquanto toda a energia, toda a capacidade de evoluir, de incorporar o progresso tecnológico, é encontrada na fachada. Dessa forma, a ideia de fachada, de modelagem, de bom design, medo do vazio semântico foram fundidas (HIDDEN ARCHITECTURE, 2017)

Figura 58, 59, 60: Domus Demain. Disponível em: <http://hiddenarchitecture.net/domus-demain/>
Acessado em: 15 de novembro de 2019.



Network by walk, 1997

Sou Fujimoto

Tokio, Japão

Sou Fujimoto tem a prática pela busca de desafiar a definição de arquitetura, misturando interior e exterior, estrutura e mobília, paisagem natural e arquitetura. Baseado pela sua cultura natal, o arquiteto busca inspiração da natureza e abraça as aberturas, flexibilidade e transparência em todo o seu trabalho.

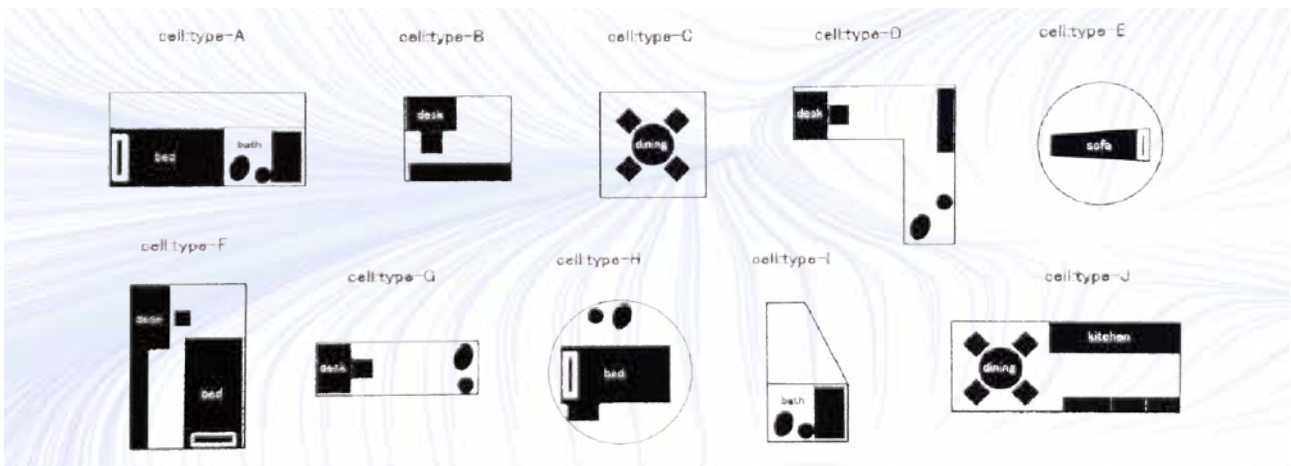
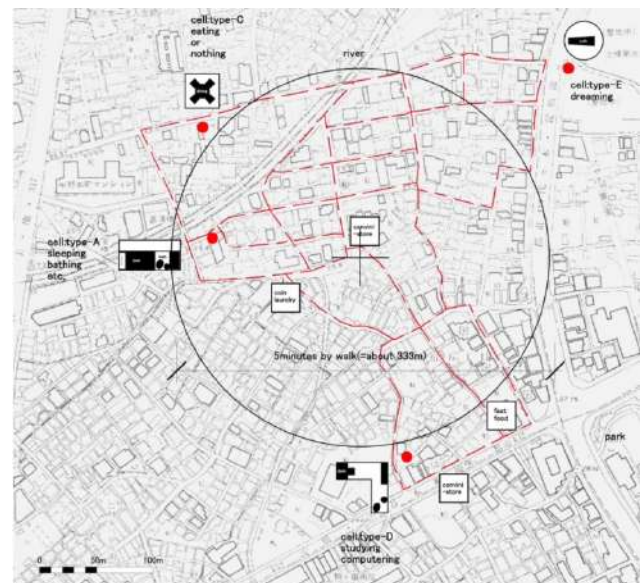
Desde os seus primeiros projetos acadêmicos na Universidade de Tóquio, é possível perceber a formação desses princípios, incluindo o abandono de paredes sólidas e o desenho de espaços sem função fixa. Inspirando-se no tradicional engawa japonês, uma varanda estreita que serve de passagem entre a casa e o jardim, Fujimoto traduz esses “espaços ambíguos intermediários” em seus edifícios contemporâneos.

O projeto que será adotado como referência conceitual é um projeto acadêmico, pragmaticamente utópico. Em *Network by walk*, Fujimoto visualizava casas “espalhadas” por Tóquio, formadas por 2 a 4 células, envolvendo funções básicas como cozinha, banheiro, quarto e sala de estar. As casas nada mais são do que “áreas de serviço” dentro dos caminhos possíveis do usuário ao redor da vizinhança, baseados em um raio de distância definido. Ele apresenta o projeto através de questionamento, “o que existe entre a arquitetura e a cidade, ou entre uma moradia e a urbanidade? [...] nesse projeto, as casas partem de sua existência como objetos exclusivos e são construídas mais como fragmentos de uma rede maior e complexa, subsumida na cidade. [...] toda arquitetura é, em certo sentido, uma cidade, e toda cidade é uma peça grande e complexa da arquitetura. Acredito que essa riqueza da arquitetura emana

de tais contradições.”

Esse método simples de design é potencialmente aplicável em todas as outras cidades, mas extremamente ligado às características inerentes de Tóquio discutidas ao longo desta tese. Regras simples e adaptáveis de agregação criam um campo contínuo entre salas dispersas e seus arredores, e juntas elas constituem um “lugar”.

Figura 61, 62: Sou Fujimoto, *Network by Walk*, Tokyo, 1997.



Casa N, 2008 Sou Fujimoto Oita, Japão

A residência é composta por três caixas de tamanho progressivo encaixadas uma dentro da outra. A caixa mais externa cobre todas as instalações, criando um jardim coberto, a intermediária envolve um espaço limitado dentro do espaço externo coberto. A terceira caixa cria um espaço interior menor. Os moradores constroem sua vida dentro dessa gradação de domínio. Não sendo possível encontrar limites distintos, exceto por uma mudança gradual no domínio. Para o arquiteto, uma arquitetura ideal é um espaço ao ar livre que se assemelha a ambientes internos e

externos. O espaço interno que se assemelha ao exterior. Em uma estrutura aninhada, o interior é invariavelmente o exterior e vice-versa. Fujimoto cria uma arquitetura que não se trata de espaço nem de forma, mas apenas de expressar as riquezas do que é o entre casas e ruas.

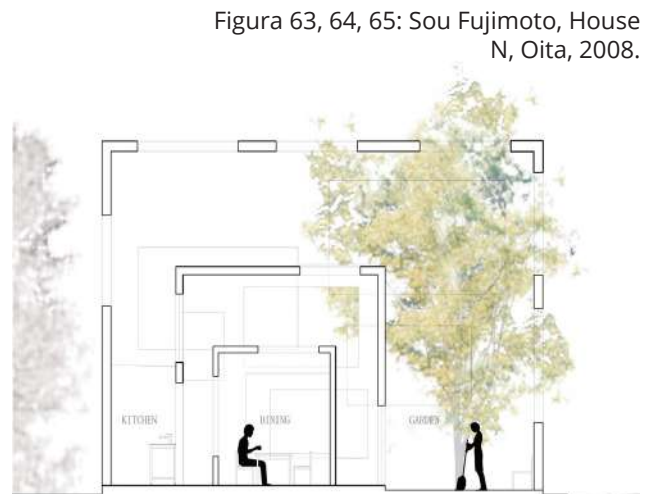
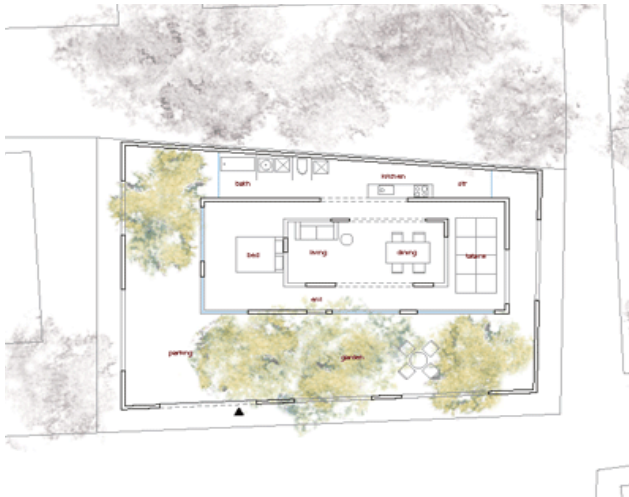


Figura 63, 64, 65: Sou Fujimoto, House N, Oita, 2008.



Casa Green Edge, 2012
Ma-style Architects
Fujieda, Japão

A residência foi pelo arquiteto Kawamoto, localizada em midorinooka, fujieda, japão. durante o processo de projeto para esta casa, o cliente expressou a preocupação por necessidade de privacidade, por sua comunidade ser uma área com alta densidade com pouco espaço em cada lote. Como solução, o arquiteto decidiu colocar todas as janelas externas na parte inferior da parede externa,

ainda permitindo que a luz e o ar circulassem através dela. Com a finalidade para diminuir o campo de visão para os vizinhos, o arquiteto também decidiu circular a casa com uma fronteira de vegetação.

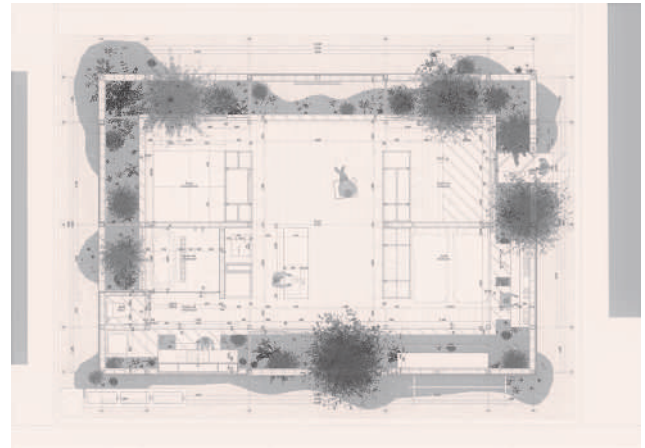
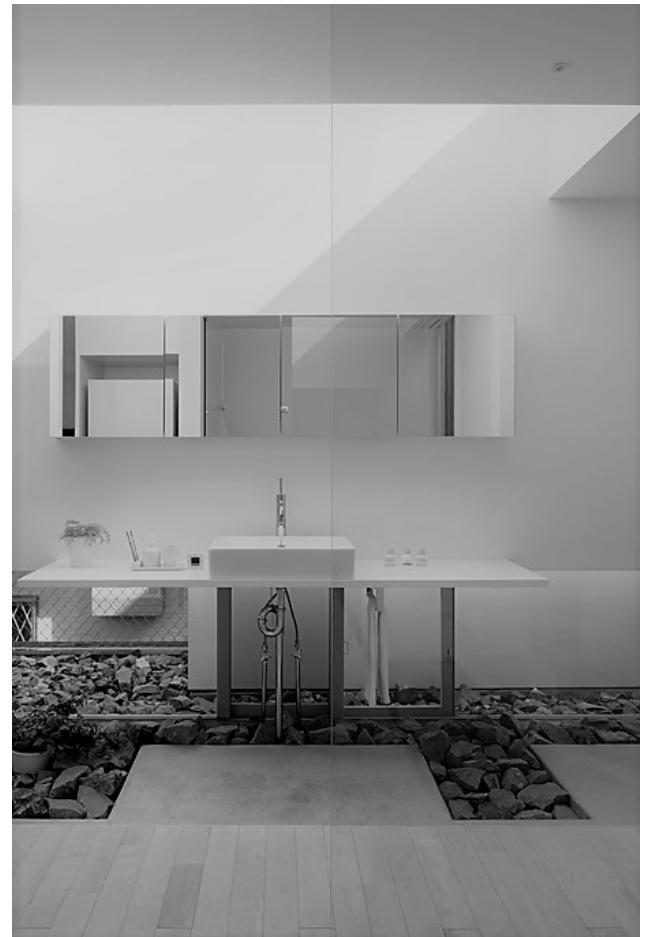


Figura 65, 55, 67: Kawamoto, House Green Edge, 2012.



Casa sem casa (1997-2003)

Cildo Meireles é um dos mais importantes artistas brasileiros contemporâneos. Suas obras têm redefinido as relações da obra de arte com o público, distanciando-se dos circuitos sociológicos de legitimação tradicionais para se inserir nos circuitos mais amplos da vida quotidiana.

“Casa sem casa”, é o projeto de uma casa ou de uma encruzilhada onde cada cômodo da casa fica em um dos ângulos.

Essa obra expõe relações de entre interno

e externo, recolhimento e ação, repouso e movimento, indivíduo e coletivo e privado e público, relação que pretende ser trabalhada durante o projeto de equipamentos para banhos públicos.

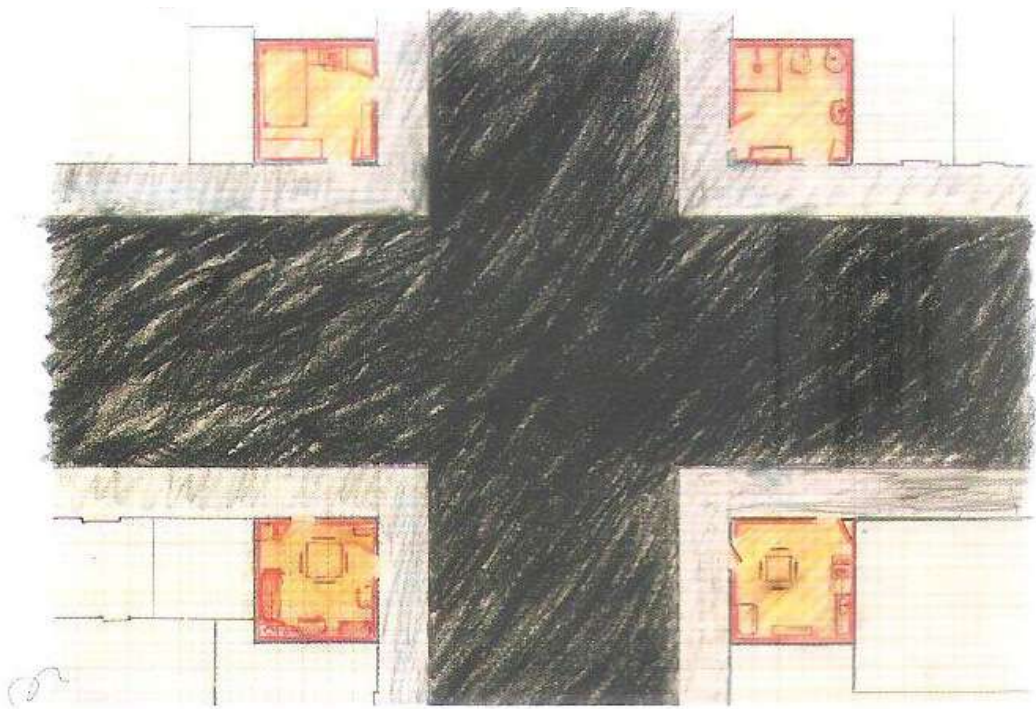


Figura 68: Homeless Home, 1997, Cildo Meireles.

Parque de Madureira, 2014 Ruy Rezende Arquitetos Brasil

Ao longo de toda a extensão do Parque de Madureira são implantados vários dispositivos urbanos que permitem acesso à água.

A Prainha de Rocha Miranda, trecho do Parque de Madureira que vai de Rocha Miranda a Honório Gurgel, possui três cascatas e uma lâmina d'água em torno de 10 centímetros. O espaço possui selo Aqua, que é a primeira norma brasileira para certificação de construções sustentáveis.

No parque, há uma escadaria com uma queda d'água de 3,5 metros de altura proporciona momentos refrescantes aos visitantes. Uma cascata com 15 mil litros de água numa área de 125,6m².

Figura 69, 70, 71: Nova área de lazer conta com três cascatas para o público se refrescar. Fonte: Janaína Carvalho / G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/prainha-de-rocha-miranda-e-inaugurada-neste-dia-das-criancas.html>> Acessado em: 14 de novembro de 2019.



Healing Waters, Fluidity Design Indianapolis, EUA

A Fluidity Design é uma empresa de engenharia e design de recursos hídricos. Healing Waters é o projeto de uma fonte que oferece experiências imersivas com a água através de contornos topografias.



Figura 72, 73: Healing Waters. Disponível em: <<http://www.fluidity-design.com/projects/wishard-memorial-hospital-healing-waters/>> Acessado em: 14 de novembro de 2019.

Ira Keller Fountain, 1970
Angela Danadjieva
Oregon, EUA

cidade: "... Na verdade, foi minha resposta à situação do trânsito e à insegurança dos pedestres..."

O parque, cuja atração inquestionável é a grande fonte feita de concreto que em 1999 rendeu o prêmio da Sociedade Americana de Arquitetos Paisagistas, permite que os visitantes cheguem, parem ou nadem no topo das cachoeiras.

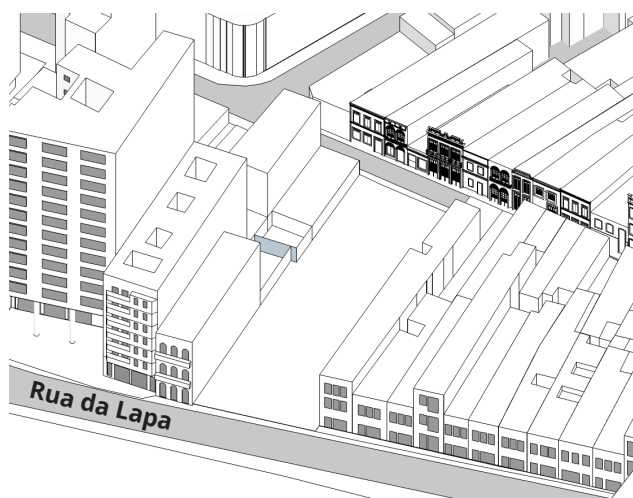
Danadjieva considerou durante todo o projeto uma oportunidade de dar refúgio aos frequentadores do parque das ruas da



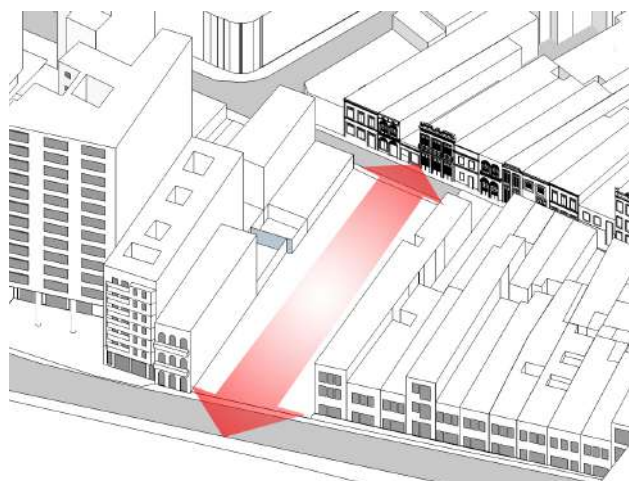
Figura 74, 75: Keller Fountains. Disponível em: < <https://www.pps.org/article/vote-for-the-top-100-public-spaces-in-the-u-s-and-canada> Flickr.> Acessado em: 14 de novembro de 2019.

7. Proposta projetual

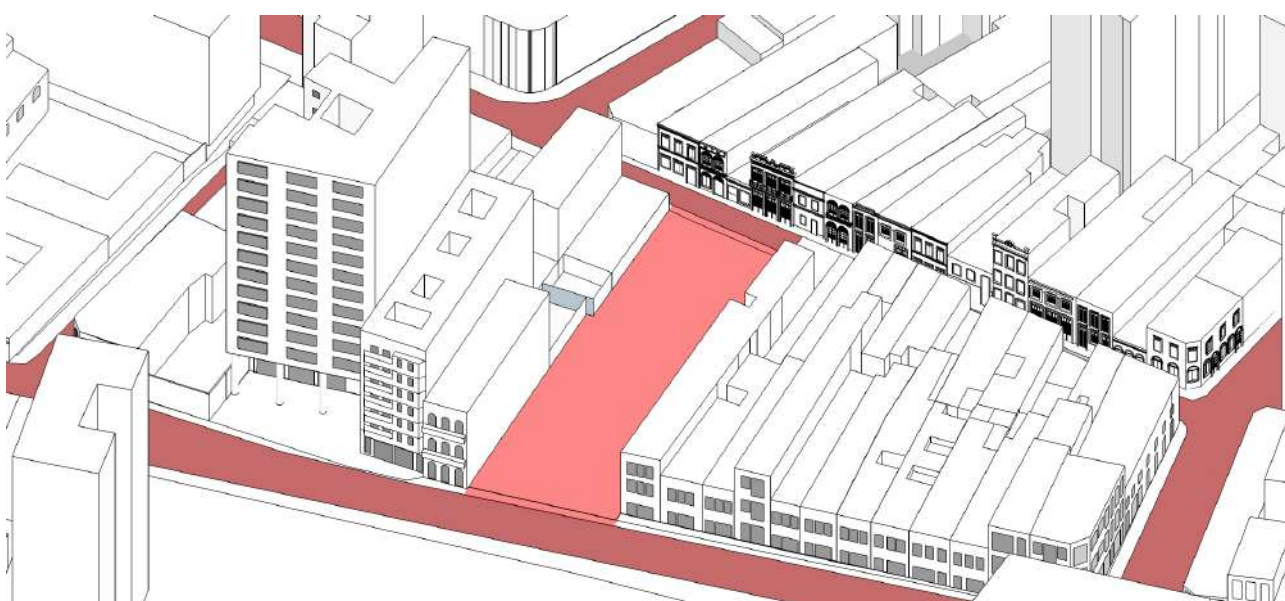
7.1. Implantação e volumetria



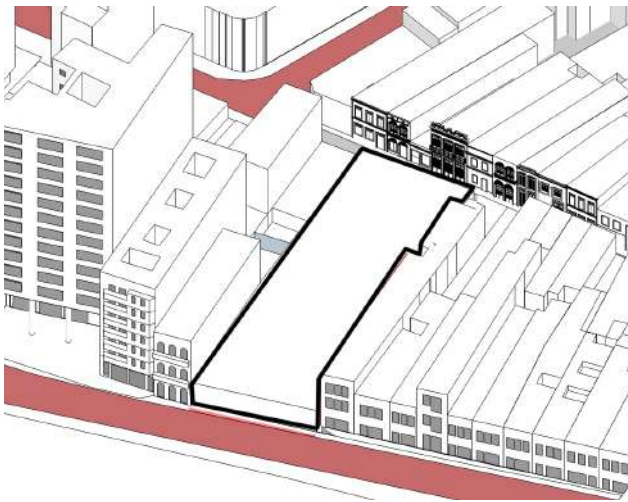
1 - Lote com acesso paralelo. Estratégia de trabalhar com duas fachadas.



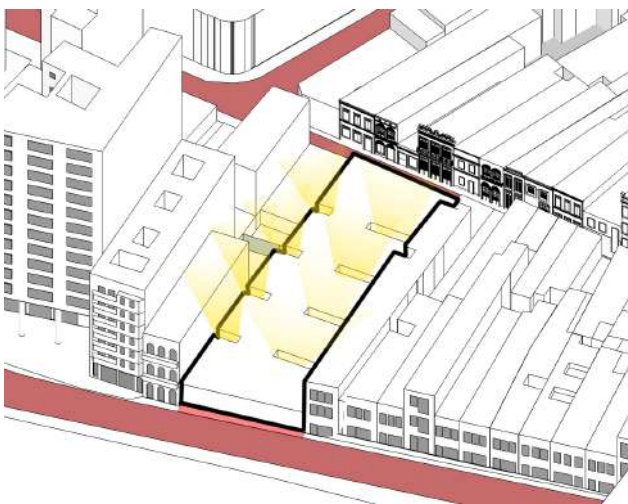
2 - Implantação que permita atravessamento.



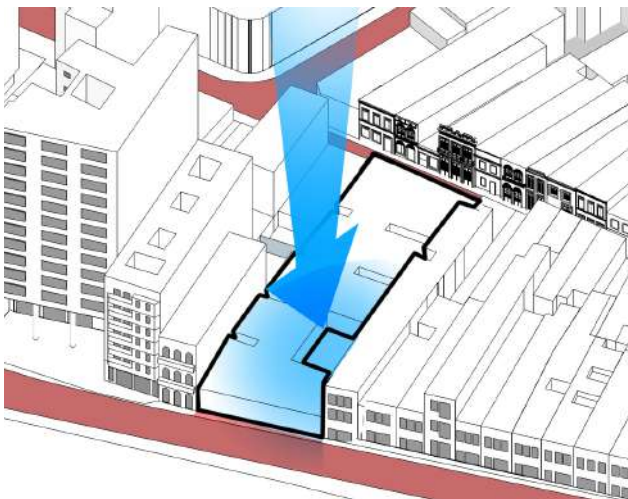
3 - Trazer as ruas para dentro do lote, conseqüentemente para dentro do edifício.



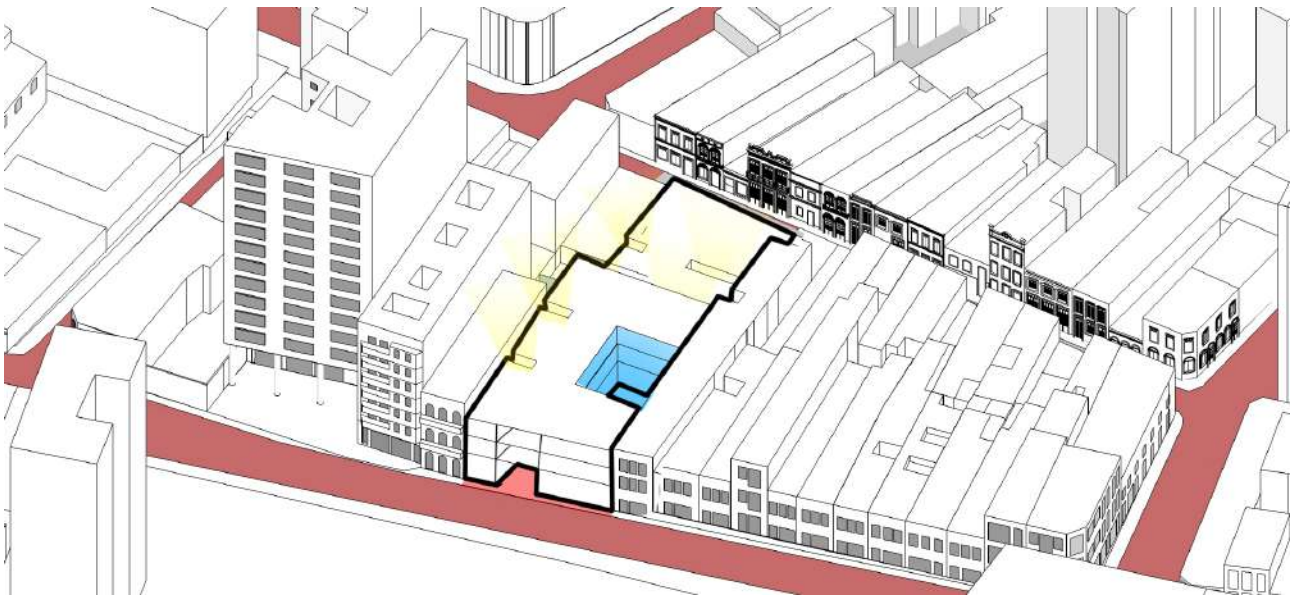
4 - Ocupar todo o térreo para que a rua entre no edifício.



5 - Promover aberturas laterais para ventilação e iluminação, além de marcar um ritmo no atravessamento, através das aberturas. Implantação pente!



6 - Subtração de volume para abertura de Pátio! Deformação do piso para o acúmulo de água (Fluidity Design referência). Praça molhada!



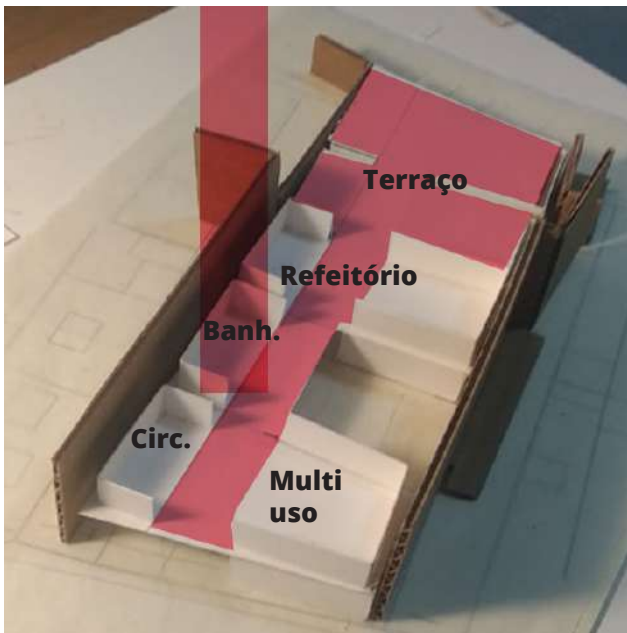
7 - Acréscimo de volumes articulados com o pátio para abrigar todos os programas.

7.2. Setorização e articulações



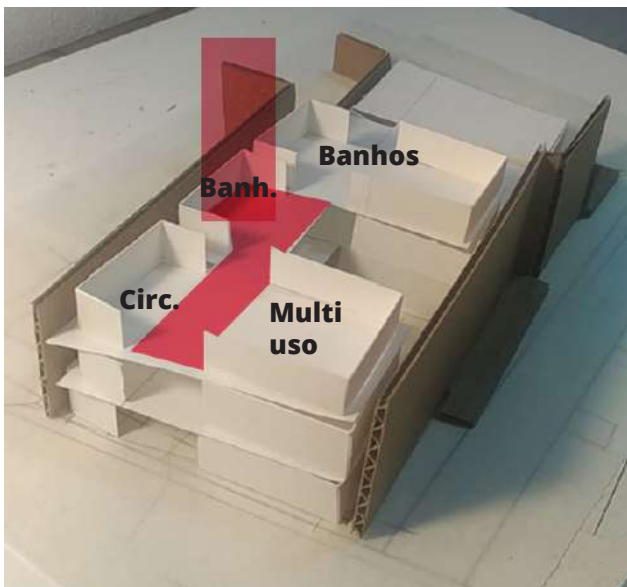
O térreo apresenta uma circulação linear possibilitando o atravessamento do edifício. Nessa circulação, são dispostos de forma serial diversos serviços de uso misto: programa social e lojas comerciais. A rua da Lapa apresenta grande movimento de pessoas, no bloco mais próximo da rua foi inserido a circulação vertical para demarcar os deslocamentos dos usuários na fachada. Há também um pátio coberto com mobiliário modular que oferece suporte para diferentes usos: descanso, encontros, comércio. A escolha por colocar o sanitário

alinhado com o pátio central acontece para centralizar esse programa no edifício e transforma-lo em uma articulador entre os outros programas. O carrinheiro e o canil, programas essenciais para moradores de rua, ficam dispostos próximo da rua Morais e Vale por apresentar pouco movimento. O bloco de assistência tem como anteparo um pátio com equipamento d'água, promovendo lazer e conforto. A lavanderia no térreo diretamente na circulação pode ser um programa coringa, utilizado por moradores de rua e por pessoas domiciliadas.



O segundo pavimento apresenta uma circulação configurada por corredor-varanda com generosas dimensões. Esse espaço foi pensado para atender a demanda de fila dos programas no mesmo pavimento, além de servir para atividades próprias. O refeitório é um programa que consegue se articular com o pátio e com o terraço. Esse último, pode abrigar

tipos (dança, ginástica, cinema ao ar livre...) além de uma horta como anteparo para o refeitório. Do outro lado, é posicionado uma generosa sala multi uso, esse programa é de grande necessidade para a promoção de assistência social.

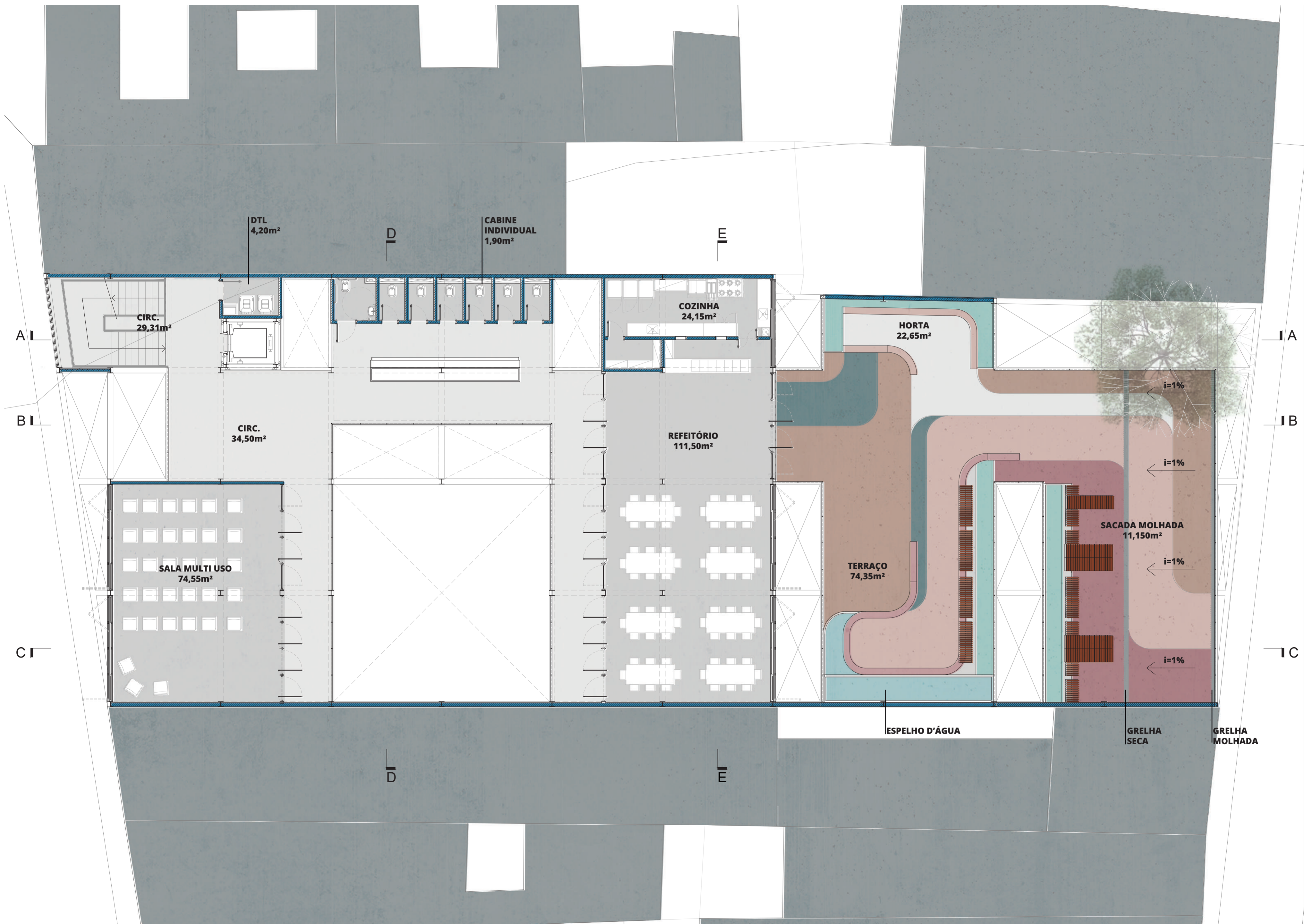


O terceiro pavimento apresenta novamente circulação do tipo corredor-varanda, uma vez que a busca por espacialidades mais abertas é uma estratégia interessante para se trabalhar com o público alvo do projeto. O programa de banheiros se repete alinhado com os pavimentos inferiores aproveitamento de tubulação, shafts e manutenção. De um lado, uma sala multi uso com painéis

móveis capazes de alterar as dimensões da sala e facilitar diferentes usos. Do outro lado, o programa de banhos se articula com o corredor varanda, cabines individuais dispostas em uma circulação sem pontos cegos e cantos escondidos aumentando a sensação de segurança.







DTL
4,20m²

CABINE
INDIVIDUAL
1,90m²

CIRC.
29,31m²

COZINHA
24,15m²

HORTA
22,65m²

CIRC.
34,50m²

REFEITÓRIO
111,50m²

SALA MULTI USO
74,55m²

TERRAÇO
74,35m²

SACADA MOLHADA
11,150m²

ESPELHO D'ÁGUA

GRELHA
SECA

GRELHA
MOLHADA



DTL
4,20m²

CABINE
INDIVIDUAL
1,90m²

CIRC.
29,31m²

LAVATÓRIO

BEBEDOURO

CIRC.
34,50m²

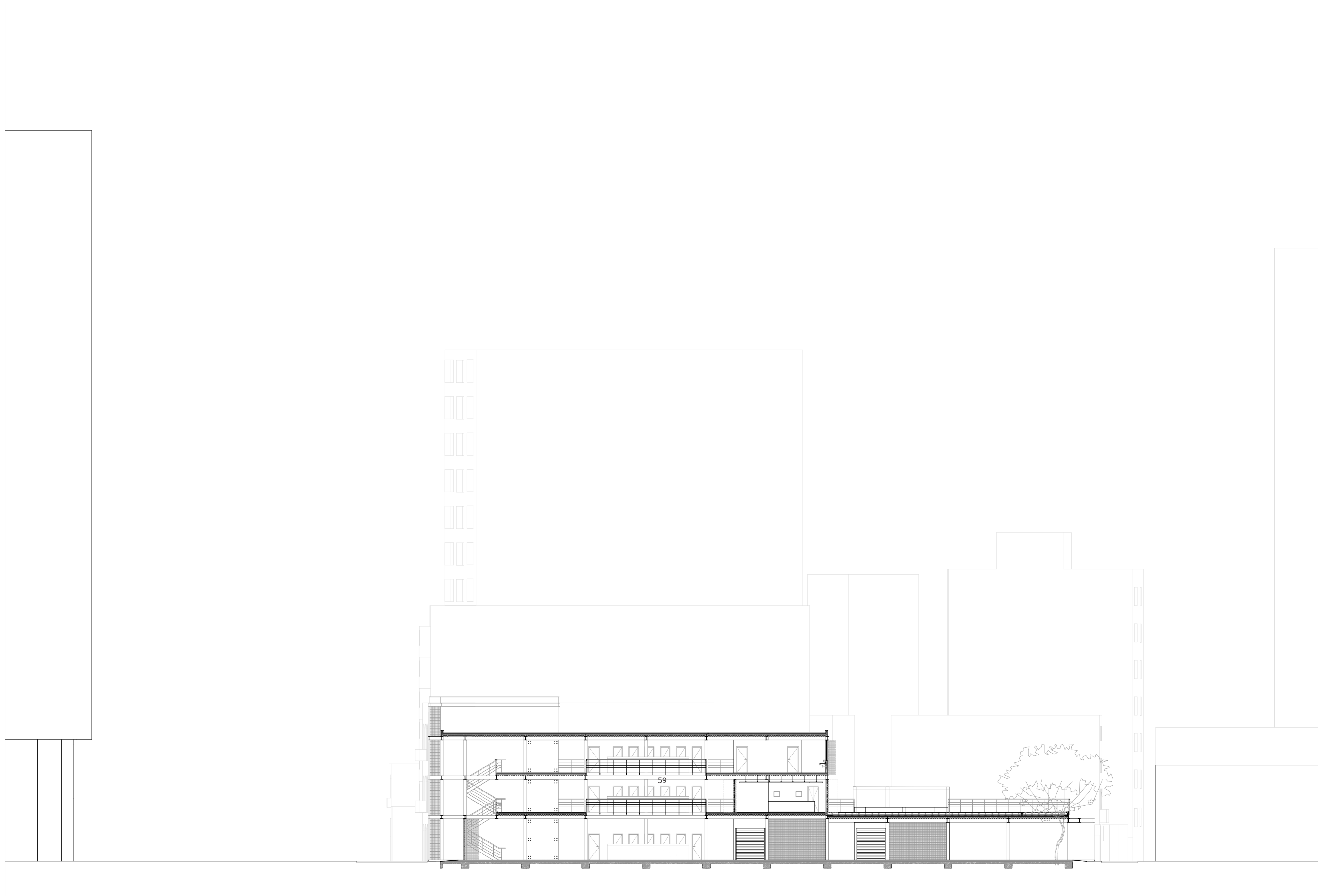
SALA MULTI USO
37,27m²

SALA MULTI USO
37,27m²

BANHO
INDIVIDUAL
2,40m²









CORTE A

0 5



CORTE B

0 5



+10,40m

+7,16m

+3,92m

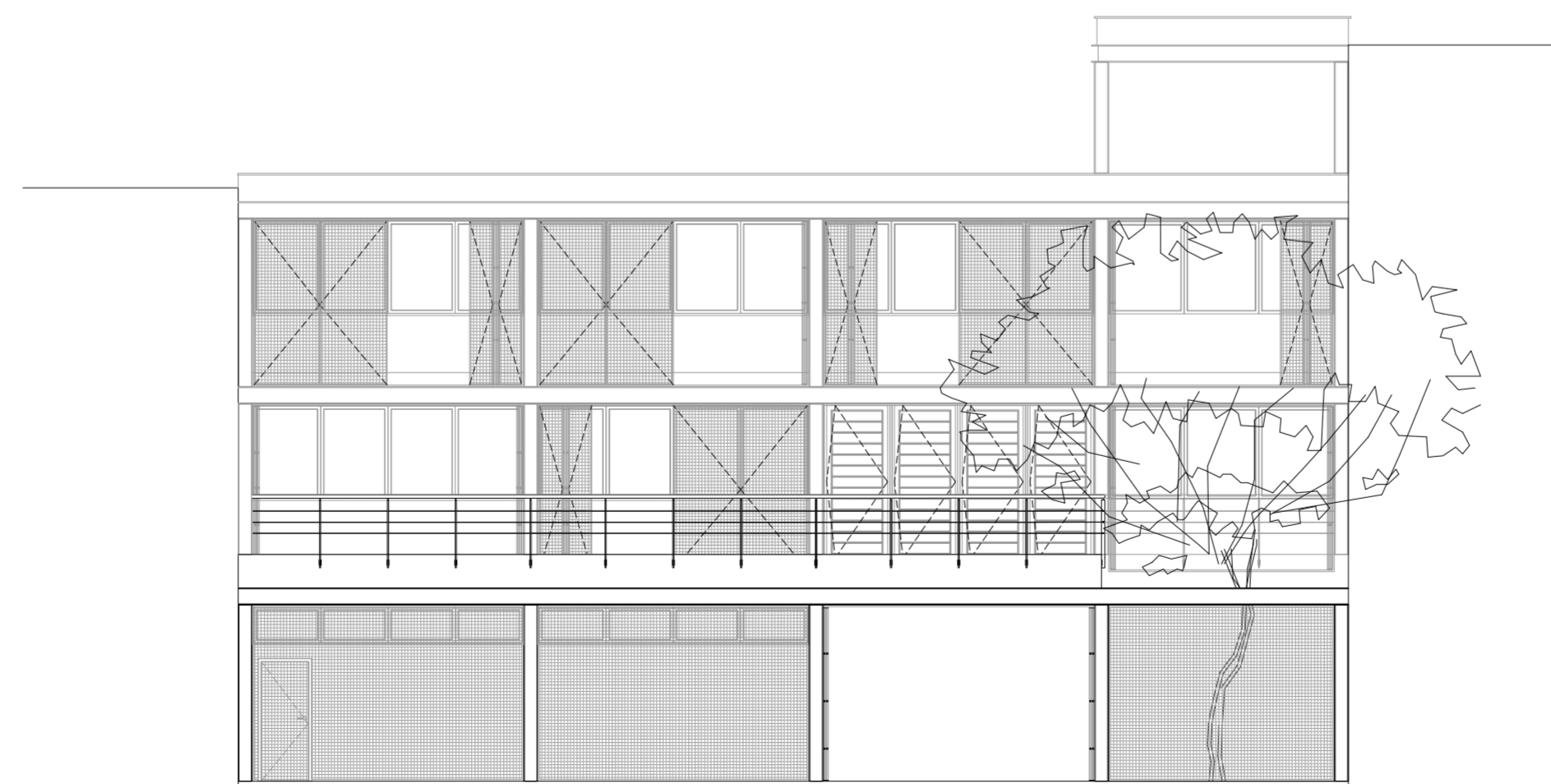
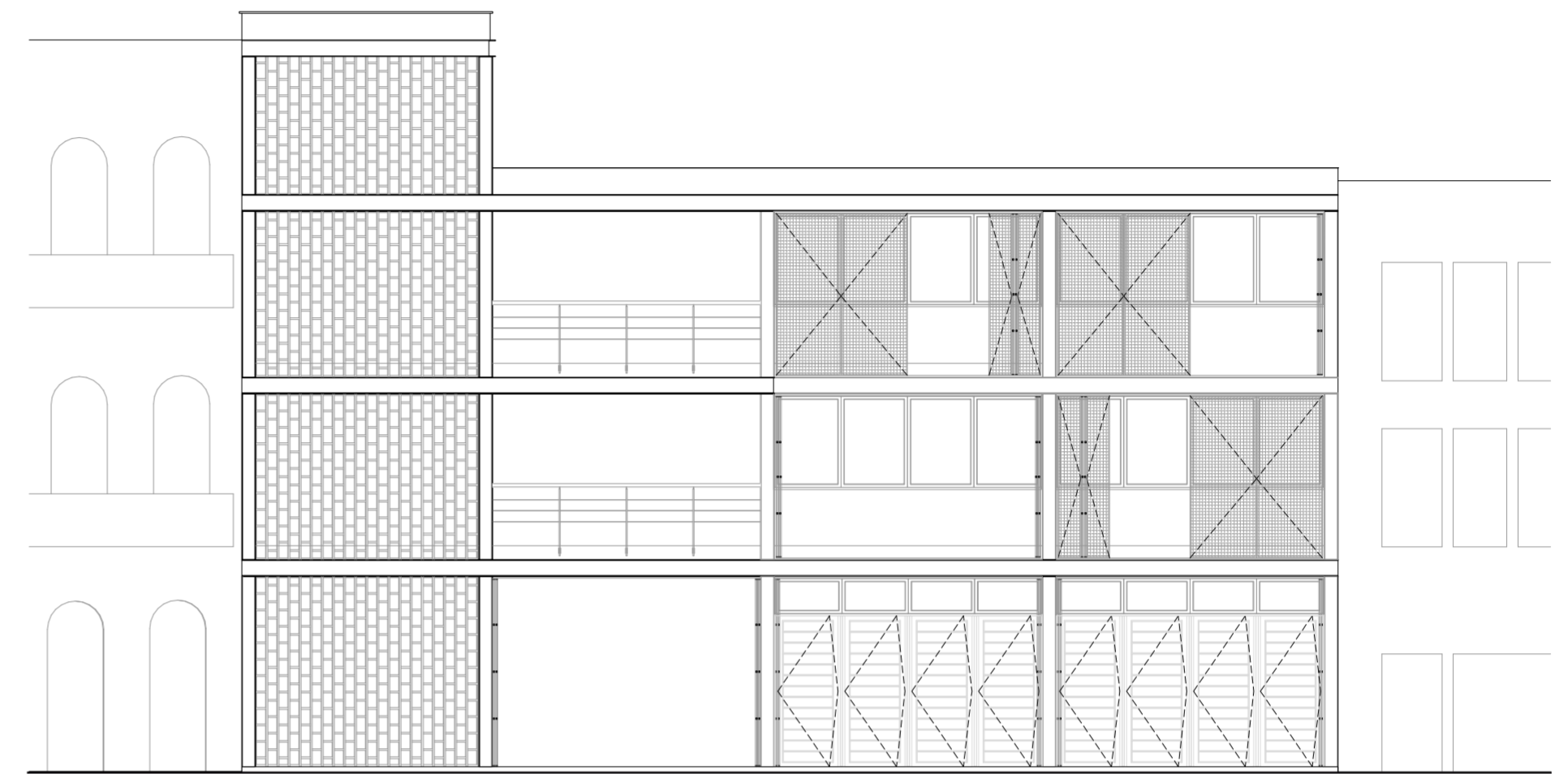
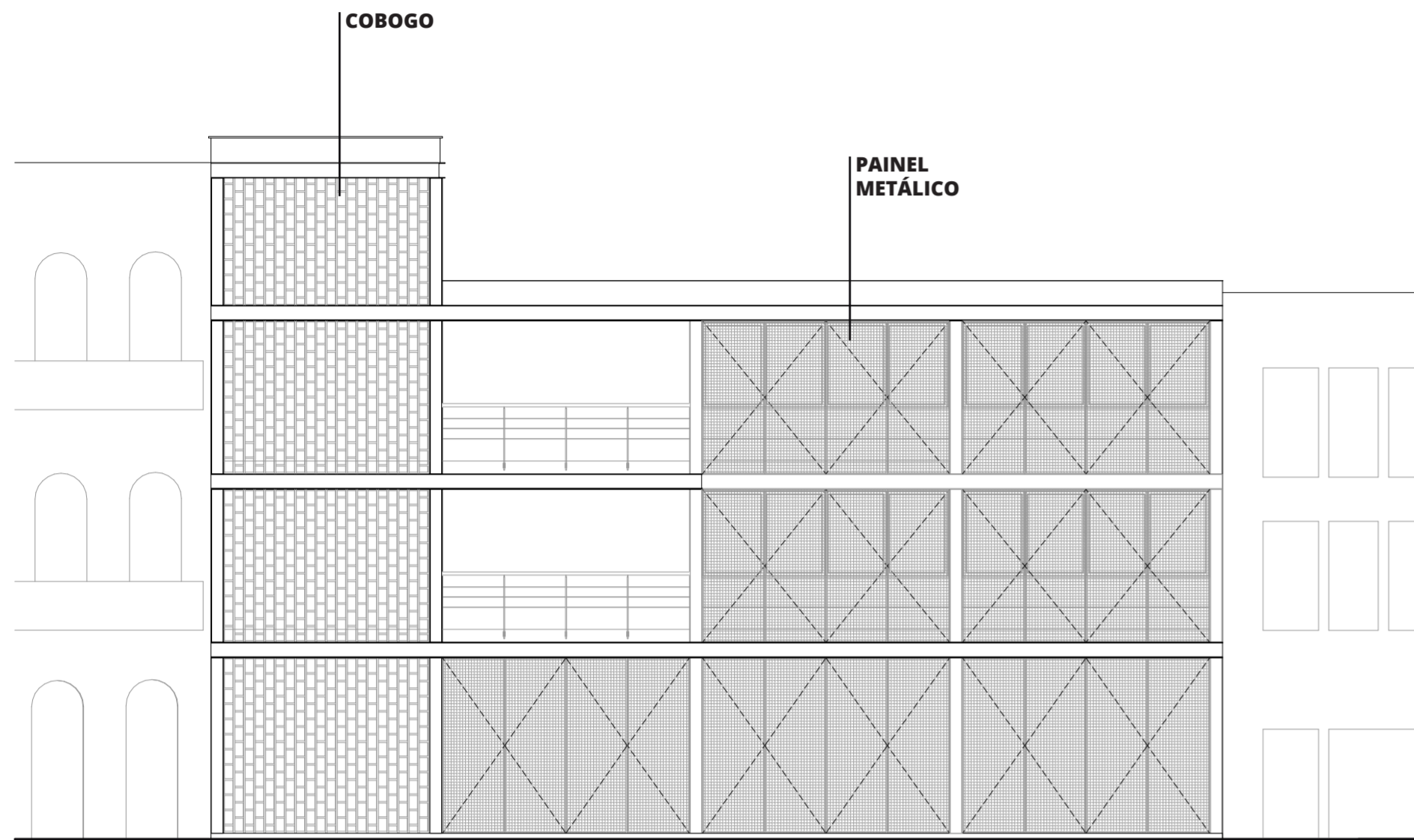
+0,10m



CORTE D
0 5



63 **CORTE E**
0 5



CAMADA DE BRITA

PROTEÇÃO MECÂNICA

PROTEÇÃO TÉRMICA

IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA CANTO ARREDONDADO

CAMADA DE REGULARIZAÇÃO CALIMENTO 1%

CAPEAMENTO EM CHAPA GALVANIZADA COM PINGADEIRA

PLATIBANDA

LAJE DE CONCRETO

VIGA METÁLICA, 250X300mm

PAINEL METÁLICO MÓVEL, TRAMA 40x40mm

VIGA METÁLICA, 250X300mm

ESQUADRIA METÁLICA, 4 FOLHAS DE CORRER

TRILHO METÁLICO

MEIA PAREDE EM SISTEMA DRYWALL DUPLO, CAMPANHA 250X300mm

VIGA METÁLICA, 250X300mm

TRILHO METÁLICO

PISO CIMENTÍCIO, 3mm

CAMADA DE REGULARIZAÇÃO CAIMENTO 1%

PORTA METÁLICA PIVOTENTE COM BASCULANTE EM VIDRO

CORRIMÃO METÁLICO COM CABO DE AÇO

65

CORTE CONSTRUTIVO

0

5



FACHADA RUA DA LAPA



ACESSO PELA RUA DA LAPA



FACHADA RUA MORAIS E VALE



VISTA DO PÁTIO CENTRAL



VISTA PARA O BANHEIRO



VISTA PARA O TERRAÇO



VISTA PARA OS BANHOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1- ROBAINA, Igor. Entre mobilidades e permanências uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2 015.
- 2 - OLIVEIRA, José. A rua na pobreza e a pobreza na rua: a rua como novo local do habitar. Um estudo das relações entre moradores de rua e espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, 2006.
- 3 - Rua: Aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2009.
- 4 - BRASIL. Censo SUAS 2016 – Resultados Nacionais, Secretarias Municipais de Assistência Social. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Abril de 2017.
- 5 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para Discussão 2246. Brasília, outubro de 2016.
- 6 - ONU - Organização das Nações Unidas. Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wpcontent/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf> . Acessado em : 16 Agosto 2019.
- 7 - CONSEA. Brasil precisa reconhecer na Constituição que água é direito essencial à vida. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/agosto/brasil-ainda-precisa-reconhecer-na-constituicao-que-agua-e-direito-essencial-a-vida>> Acessado em: 18 de agosto de 2019.
- 8 - CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles. Evolução do Processo Social População em Situação de Rua: um estudo sobre a pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. Dissertação - Universidade de Brasília., Departamento de Serviço Social. Brasília, DF, 2011
- 9 - NEVES-SILVA, Priscila; MARTINS, Giselle Isabele e HELLER, Léo. “A gente tem acesso de favores, né?”. A percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. Cad. Saúde Pública [online]. 2018, vol.34, n.3 [citado 2019-08-29], e00024017. Disponível em: Acessado em 21 Agosto 2019.
- 10 - Brasil, Decreto Nº 7.053, de 23 dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2009.
- 11 - SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papiurus, 2000. p. 132-175.

- 12 - MACERATA, Iacã Machado Traços de uma clínica de território: intervenção clínico-política na atenção básica com a rua Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2015.
- 13 - LA VARRA, G. Post-it City. El último espacio público de la ciudad contemporânea. In: Post-it City: Ciudades Ocasiones. Barcelona: CCCB, 2008. In: ROCHA, G. Coautoria urbana: conflitos entre corpo e cidade-imagem. VIRUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 19 Out. 2019.
- 14 - ROCHA, G. Coautoria urbana: conflitos entre corpo e cidade-imagem. VIRUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 13 Set. 2019.
- 15 - NAHAS, Maria Inês Pedrosa; MOURA, Arlete Soares Alves de; CARVALHO, Rodrigo Coelho de and HELLER, Léo. Desigualdade e discriminação no acesso à água e ao esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2019, vol.35, n.4 [cited 2019-08-29], e00100818. Disponível em: . Acessado em 21 Agosto 2019.
- 16 - FERRAZ, Sonia Maria Taddei; MACHADO, Bruno Amadei. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem-teto”: moradores ou transgressores?. Cad. Metrop., São Paulo , v. 16, n. 32, p. 609-623, Nov. 2014. Disponível em: . Acessado em 25 Agosto 2019.
- 17 - Fundação Perseu Abramo. Pesquisa estima que 101.854 pessoas vivem em situação de rua no Brasil. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2017/05/30/pesquisa-estima-que-101-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-no-brasil/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.
- 18 - EICHEMBERG, André Teruya. Moradores de rua: paredes imaginárias, corpo criativo. Arqutextos, São Paulo, ano 04, n. 047.07, Vitruvius, abr. 2004 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/04.047/597>>.
- 19 - SCOFFIER, Richard. Palestra Os Atos Fundamentais. Rio de Janeiro, 2019. População em Situação de rua. Disponível em: Acessado em 16 Agosto 2019.
- 20 - ZUMTHOR Peter. Atmosferas, Barcelona, Gustavo Gili, 2006.
- 21 - PRECIADO, Paul B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/ Feminino”. eRevista Performatus, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019. ISSN: 2316-8102.
- 22- HIDDEN ARCHITECTURE, 2017. Disponível em: <<http://hiddenarchitecture.net/domus-demain/>> Acesso em: 11 de setembro de 2019.
- 23-Gomes, Rute. (2017). Design de mobiliário para um uso flexível da habitação Enquadramento, Requisitos Funcionais e Protótipo.
- 24-SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Moradores de rua. São Paulo: Polis, 1992.
- 25-MENDES, Eloísa Brantes. Fronteiras movediças da dança-teatro: reflexões sobre o movimento instantâneo na dramaturgia corporal do performer. Anais do I Seminário Nacional de Dança-Teatro, UFV. www.dan.ufv.br/cdtb
- 26-Tak, Giovana. G28 O desabrochar dos corpos no espaço. Disponível em: < <https://ev.escoladacidade.org/portfolio/g28-desabrochar-do-corpo/> > . Acessado em : 14 Setembro 2019.